



Ano 6 • Número 50 • R\$ 7,00



Congresso Estadual de Municípios De 13 a 16 de março de 2012 São Vicente - SP

MUNICIPALISMO:
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Bradesco. As melhores soluções de produtos e serviços para o Poder Público.

Presença é estar lado a lado com os municípios do Estado. Prova disso é que, só em 2011, o Bradesco inaugurou mais de 100 novas Agências no Estado de São Paulo. Presença também é oferecer tecnologia, experiência e plataformas completas de atendimento, com produtos e serviços que atendem às necessidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Procure uma Agência do Bradesco ou acesse nosso site e conheça todas as soluções exclusivas para o Poder Público.



Baixe um leitor de QR Code em seu celular e aproxime o telefone do código ao lado.

bradescopoderpublico.com.br

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

Bradesco



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misara

Vereador de Barreiros (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureira

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teófilo Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureira

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvietto Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marilene Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaolo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial



A IMPORTÂNCIA DOS CONGRESSOS

Alguns podem pensar que os Congressos de Municípios não são importantes para o desenvolvimento local e também para o fortalecimento do movimento municipalista. Quero discordar dos que pensam desta forma e posso afirmar, sem medo de errar, que graças aos nossos congressos muitas conquistas foram obtidas ao longo desses anos.

Quando realizamos um evento como esse, temos várias oportunidades: primeiro a de se atualizar de novas políticas públicas e legislações que envolvem os municípios; segundo, conhecer as empresas públicas e privadas que oferecem serviços e tecnologias para as prefeituras e câmaras municipais; terceiro, a oportunidade de conversarmos com nossos pares e podermos trocar experiências; e, última e mais importante, apresentarmos nossas angústias, anseios e reivindicações.

Todos sabemos que nos últimos anos os nossos municípios têm assumido muitas responsabilidades sem receber os recursos financeiros condizentes para cumprir com todas elas. Por isso nossos Congressos são importantes. É o momento de externarmos todas as angústias, anseios e preocupações.

Imbuídos em apresentarmos aos Governos Federal e Estadual tudo aquilo que

esperamos para podermos, juntos, resolver nossos problemas e buscarmos o verdadeiro federalismo, novamente elaboramos para o 56º Congresso uma Pauta de Reivindicações em conjunto com todas as Entidades Regionais.

No último Congresso, nossa Pauta de Reivindicações obteve grande êxito, sendo atendida integralmente pelos Governos Estadual e Federal. Da mesma forma esperamos atingir êxito nesta nova pauta.

Acreditamos ser o caminho para que consigamos realmente alcançar nosso sonho de um dia termos uma justa divisão dos recursos tributários e, assim, não precisarmos mais ficar de "pires na mão", refém das outras estâncias de governo.

Reafirmo aqui a importância dos nossos Congressos e ressalto que existe também outro fator de suma importância para alcançarmos todos nossos objetivos, que é nossa unidade em torno de tudo aquilo que acreditamos.

Somente juntos, unidos e fortalecidos será possível realizarmos essa grande mudança e conseguirmos tudo que almejamos.

Vamos juntos nessa luta!

Saudações municipalistas,

Marcos Monti
Presidente da APM

05 Entrevista

**10 56º Congresso
Estadual de
Municípios**



13 Página da História

14 Cultura

15 Especial Eleições

28 IBGE

31 TCE

32 IPT

34 Fundo Social

**38 Ações em
Destaque**



**42 Municípios
Aniversariantes**

45 Legislativo

**47 Conselho de
Arquitetura**

**48 Atividades da
APM**



54 Casos e Causos

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA-CHEFE
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE
Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas
criacao@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e
fale diretamente com os 645 municípios de São
Paulo

CEAME
Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sug-
estões, críticas e releases:
imprensa@apaulista.org.br

Fevereiro / Março- 2012

Municípios de São Paulo não se responsabiliza
por ideias e conceitos emitidos em artigos ou
matérias assinadas, que expressam apenas o
pensamento dos autores, não representando
necessariamente a opinião da direção da revista.
A publicação se reserva o direito, por motivos de
espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e
ensaços



Secretaria de Turismo do Estado amplia projetos para impulsionar o desenvolvimento nos municípios paulistas

Por: Daniela Bertoldo

Criada há um ano, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo vem implantando e repaginando inúmeros projetos nos municípios paulistas para al-

vancar o turismo regional, gerando emprego, renda e desenvolvimento.

Projetos como o Roda SP (city-tour pelas cidades da baixada a preço popular) e

o Passos dos Jesuítas (peregrinação com direito a sorteio de viagens para Compostela) estão sendo grandes apostas para impulsionar o turismo e promover um ►

"boom" neste setor. A Secretaria de Turismo é comandada pelo deputado Márcio França, natural de Santos e ex-prefeito de São Vicente. Em entrevista à revista Municípios de São Paulo, França fala sobre os principais projetos da pasta, os preparativos para a Copa, os planos futuros e a participação da Secretaria de Turismo no 56º Congresso Estadual de Municípios. Confira:

Recentemente, a Secretaria criou o projeto itinerante Roda SP, que acompanha os grandes fluxos de turistas em festas, eventos e férias escolares. Os números expressivos obtidos logo no início da operação na Baixada Santista mostraram que visitantes e população aprovaram a ideia. Os resultados superaram as expectativas? Como funciona o projeto?

O Roda SP vai muito além de um city-tour comum. Com apenas 10 reais, o usuário compra uma passagem em forma de pulseira. Essa passagem pode ser usada por dois dias, para subir e descer nos ônibus quantas vezes o passageiro quiser. O turista pode pegar um ônibus no Guarujá, descer em São Vicente e almoçar na Ilha Porchat. Depois, pegar um outro ônibus e passar o fim da tarde no Gonzaga, em Santos. É um produto turístico extremamente útil e barato, que facilita o passeio dos viajantes e redistribui o fluxo de pessoas entre as cidades vizinhas.

As nossas expectativas em relação à versão do programa na Baixada Santista

eram muito boas, mas, sem dúvida, foram superadas. Esse enorme sucesso não deixa de ser uma "provocação", no bom sentido, à iniciativa privada, mostrando a viabilidade de se implantar um programa parecido, inclusive de forma não sazonal.

Outra iniciativa foi a implantação do projeto turístico Passos dos Jesuítas, que consiste em um caminho de peregrinação pelo litoral paulista, permitindo ao turista conhecer diversos pontos históricos da região e concorrer a viagens para Compostela, na Espanha. Fale um pouco sobre este projeto, a importância da interação pela Internet e da troca

de experiências.

Passos dos Jesuítas é um projeto turístico que envolve um caminho contemplativo cumprido a pé, inspirado nas rotas percorridas pelos catequistas na época da colonização do Brasil. Nesta edição, que homenageia a figura histórica do Padre Anchieta, o caminho tem duas sugestões de rotas, envolvendo diretamente 13 municípios do litoral paulista entre Peruíbe e Ubatuba.

Para participar, o caminhante se inscreve no site do programa e obtém uma identificação eletrônica. Ela permitirá que seus amigos e familiares acompanhem seu desempenho ao longo do trajeto por meio da checagem em pórticos eletrônicos, que mandarão as informações diretamente para um banco de dados na Internet.

Essa interação eletrônica é única ►





em caminhos peregrinos, sendo um dos principais diferenciais do nosso programa.

A Secretaria também reeditou o projeto Caravanas do Conhecimento. De que forma isso foi feito? Quais melhorias e novidades?

O programa Turismo do Saber é uma iniciativa que visa proporcionar às crianças de famílias mais humildes a oportunidade de conhecer lugares novos dentro do Estado de São Paulo. Trata-se de uma repaginação do antigo “Caravanas do Conhecimento”, realizado antigamente pelo Cepam e a Secretaria de Educação.

Em sua primeira edição, realizada em julho de 2011, o programa levou 640 crianças de 16 cidades do litoral paulista para passarem cinco dias nas montanhas da Serra da Mantiqueira. Foi uma experiência única e inesquecível; a maior parte dos estudantes nunca tinha viajado antes.

Já na segunda edição, os números foram maiores. 1280 crianças de 32 municípios visitantes conheceram 15 municípios do litoral paulista. Muitas das crianças participantes tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de conhecer o mar.

Por meio do programa Passaporte São Paulo, os turistas que consumirem em restaurantes, hotéis e pousadas receberão prêmios e brindes. Quantos comércios deverão se cadastrar? Quantos passaportes serão distribuídos?

Neste programa, quem fizer turismo▶



Entrevista

pelas estâncias paulistas poderá converter seu consumo em restaurantes, hotéis e agências de receptivo em lembranças da viagem.

Funciona assim: o turista que gastar dinheiro em hotéis, pousadas, albergues, pensões, motéis e restaurantes, deverá pedir todas as notas fiscais com CPF. Assim, poderá trocá-las por selos, correspondentes ao valor gasto, que serão colados no passaporte turístico. Quando a cartela de selos estiver completa, bastará destacar a ficha cadastral e trocá-la pelo mascote de sua escolha.

A obtenção de passaportes, selos e dos próprios bichinhos de pelúcia poderá ser feita nos postos de troca de qualquer cidade participante. Os postos de troca serão definidos pelas próprias Prefeituras das estâncias, que farão também a distribuição dos brindes.

Um dos projetos que está sendo estudado para implantação é o Viaja São Paulo. Como ele irá funcionar?

O programa Viaja SP consistirá em pacotes de viagens com preços populares para servidores públicos estaduais. Esses pacotes poderão ser comprados com financiamentos descontados na folha de pagamento do funcionário.

Com um investimento previsto de R\$ 500 mil, a Secretaria de Turismo, por meio da Tur.SP, vai intermediar a venda dos pacotes junto às grandes agências.

Para pressionar o preço das viagens para baixo, a ideia é vender locais de baixa temporada, como praias no inverno e ►



montanhas no verão. Além disso, pelo financiamento ser feito diretamente em folha, há um baixo risco de inadimplência e, consequentemente, juros extremamente baixos. Considerando o número de funcionários públicos do Estado de São Paulo, prevê-se a venda de cerca de 10 mil pacotes por ano.

A ideia é que, mais à frente, o projeto seja ampliado para empresas estatais e servidores municipais, por meio de convênios com as prefeituras.

O que mais será feito pela Secretaria para alavancar o turismo no interior? Como o senhor avalia a importância destes incentivos?

Além de todos os projetos vigentes e do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - Dade - que sistematicamente repassa verbas às 67 estâncias do Estado, a Secretaria divulga as atrações turísticas do interior do Estado nas principais feiras e eventos do setor.

A Secretaria de Turismo do Estado é uma secretaria nova e já tem inúmeros projetos em andamento. O senhor acredita que esse "desmembramento" foi fundamental para fomentar o turismo?

A criação da Secretaria de Turismo no começo de 2011 permitiu que o turismo paulista recebesse atenção especial. A preocupação do governador Geraldo Alckmin com o tema também foi fundamental para que a implantação dos projetos fosse possível.

O governo dará apoio às cida-



des que vão recepcionar as seleções na copa. De que forma isso será feito?

Os municípios precisam estar preparados para bem receber seus turistas. Como cada cidade tem seus atrativos, faz-se necessário aprimorar todos os produtos turísticos no sentido de aumentar a atração sobre eles. Tal situação passa por planejamento, organização e muita ação, mas o resultado é compensador: cidade lotada de turistas.

E tem mais, devido à gigantesca exposição na mídia, em âmbito mundial, o pós-evento não deverá ser esquecido, uma vez que o bom destino é sinônimo de retorno.

A APM irá realizar o 56º Congresso Estadual de Municípios, na cidade de São Vicente. Em sua opinião, qual a importância deste Congresso para os gestores públicos?

O Congresso Estadual de Municípios é

de fundamental importância não só para os gestores, mas também para os municípios.

O aprimoramento técnico gerado através da troca de experiências entre os líderes e a possibilidade de sintonia nas reivindicações dos municípios buscando mais projeção gera um retorno positivo não só para as cidades, mas para os próprios cidadãos.

Como o senhor avalia o trabalho da APM perante os municípios?

Nos seus mais de 60 anos de história, a APM vem cumprindo seu papel com muita seriedade e competência. Os interesses dos municípios participantes vêm sendo representados de maneira extremamente eficaz, levando à realização de conquistas que individualmente não seriam possíveis.

Estas conquistas acumuladas ao longo de sua trajetória comprovam o retorno obtido pelos principais interessados, isto é, os próprios municípios. □

56º Congresso



Lançamento do 56º Congresso Estadual de Municípios, em novembro do ano passado, no foyer da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Municipalismo: Integração e Desenvolvimento

Por: Daniela Bertoldo

Começa nesta terça-feira, dia 13, o 56º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM – Associação Paulista de Municípios.

O objetivo é aproximar os gestores municipais, estaduais e federais, técnicos, secretários e demais profissionais, para discutir os principais temas que afetam diretamente os municípios. Serão quatro dias de evento (13 a 16 de março) que possibilitarão troca de experiências, de informações e articulações.

Este ano, a APM retomou uma grande atração: o Momento Cultural, para enriquecer ainda mais a grade de programação. Uma das atrações confirmadas é a apresentação artística da ABRACIRCO – Associação Brasileira do Circo - e palestra sobre “Montagem e Instalação de Circo nos Muni-

cípios – adversidades e propostas”.

Além disso, haverá a Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologia, com uma mostra do que o mercado e as instituições governamentais oferecem de mais avançado para a eficiência e a eficácia dos serviços prestados pelos municípios paulistas.

Dentre as autoridades que confirmaram presença no 56º Congresso estão: o governador do Estado, Geraldo Alckmin; o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conselheiro Renato Martins Costa; o 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Celso Giglio; o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fonden Hereda; o presidente da Agência de Fomento Paulista, Sr. Milton Luiz de

Melo Santos; o prefeito de São Vicente, Tércio Garcia; o presidente da Câmara de São Vicente, Pedro Gouvêa; o presidente da UVESP, Sebastião Misiara; o diretor presidente da Imprensa Oficial, Marcos Monteiro; deputados, vereadores e demais autoridades.

Das pastas do governo do Estado, estão convidados: a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Dra Linamara Rizzo Battistella; o secretário da Casa Civil, Sidney Beraldo; o secretário de Educação, Herman Jacobus Cornelis Voorward; o secretário de Turismo, Márcio França; o secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas; o secretário da Habitação, Sílvio Torres; o secretário da Casa Militar, Cel. PM Admir Gervásio Moreira; o secretário adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fabiano

56º Congresso

Marques de Paula e o secretário adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, dr Rogério Menezes.

Pauta de Reivindicações

Durante o Congresso, o presidente da APM, Marcos Monti, apresentará a Pauta de Reivindicações, que foi elaborada em parceria com os presidentes de entidades regionais do Estado. "No último Congresso, nossa Pauta de Reivindicações obteve grande êxito, sendo atendida integralmente pelos Governos Estadual e Federal. Da mesma forma, esperamos atingir êxito nessa nova pauta", afirma o presidente.

Conforme destaca Marcos Monti, graças aos congressos da APM muitas conquistas foram obtidas ao longo desses anos. "É no Congresso o momento ideal de externarmos todas as angústias, anseios e preocupações", salienta.

Programação

O credenciamento e a entrega do material começam a partir das 16 horas. A solenidade de abertura será às 19 horas, presidida por Marcos Monti, com a presença de diversas autoridades.

Como parte da programação, os congressistas poderão acompanhar as plenárias, sempre às 9 da manhã; os painéis, a partir das 10 horas; o pinga fogo às 14 horas e o momento cultural às 18h15. Essas duas últimas atrações só não ocorrerão na sexta, uma vez que a solenidade de encerramento está marcada para às 12 horas.

O pinga fogo será coordenado pelos vereadores José Arai da Silva Soares - "Gaúcho" (da Câmara Municipal da Estância Turística de Eldorado), Agnaldo Moreno (da Câmara de Santana de Parnaíba) e Hugo Ricardo Soares (presidente da Câmara de Piquete). Os painéis abordarão diversos

temas, como Meio Ambiente, Vereadores, Qualificação Profissional, Justiça e Defesa da Cidadania, Pacto Federativo, Educação, Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL, Saneamento, Seminários Eleitorais (CEPAM), Saúde (Reajuste da Tabela SUS), Habitação, Desenvolvimento, Turismo, Casa Civil/IMESP, Direitos da Pessoa com Deficiência, Tribunal de Contas, dentre outros. Os patrocinadores também terão espaço para apresentar seus produtos e serviços.

Na quarta-feira de manhã haverá apresentação da cartilha sobre dívidas ativas e execuções fiscais municipais, elaborada pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo. Também estão previstas mais duas atrações: a solenidade de outorga do Troféu do Mérito Municipalista ao Professor Ives Gandra Martins e o lançamento do Tratado de Direito Municipal.

Tudo pronto para o 56º Congresso



Mais de 40 funcionários da Prefeitura de São Vicente trabalharam incansavelmente nesses últimos meses para deixar o Centro de Convenções ainda melhor estruturado e pronto para sediar o 56º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM.

Os preparativos e a montagem dos estandes foram em ritmo intenso. Incremento no sistema de ar-condicionado e a colocação de um foyer especial para o evento foram algumas das melhorias implantadas no local, conforme destaca o prefeito de São Vicente, Tércio Garcia.

A expectativa para esta edição, segundo o prefeito, é repetir o sucesso do ano anterior, quando a cidade recebeu centenas de visitantes. "Tivemos aquecimento do movimento turístico e a consequente divulgação do nosso potencial em todo o Estado de São Paulo", ressalta.

Além do ponto de vista econômico, o prefeito afirma que houve um fortalecimento político do município no cenário estadual. "Recebemos a visita do governador Geraldo Alckmin, do prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, entre dezenas de outras autoridades".

Apartir dos contatos realizados no evento, inúmeras parcerias foram firmadas com reflexos positivos para o desenvolvimento social do município. "Sediar novamente o Congresso é prova de que a cidade soube realizar o evento e receber bem os congressistas", acrescenta.

De acordo com o prefeito, a escolha de São Vicente confirma a vocação do munícipi-

pio para o turismo de eventos. "O Congresso ocorre justamente no intervalo entre as temporadas, momento ideal para manter o setor aquecido, gerar empregos e, consequentemente, justiça social".

Em sua opinião, o evento da Associação será ainda mais disputado por se tratar de ano eleitoral, fazendo de São Vicente um palco para as aspirações dos políticos de muitas regiões do Estado. "Todos aqui estarão para fazer contatos e se inspirar nos projetos de sucesso da cidade, sobretudo na área social", salientou o prefeito.

Indagado sobre a importância da APM em prol dos municípios, o prefeito afirma que a entidade cumpre seu papel essencial de fortalecer os municípios e lutar por melhorar a distribuição dos recursos arrecadados nas cidades, onde efetivamente vivem as pessoas. "São Vicente, como a primeira cidade fundada no Brasil, em 1532, parabeniza a APM por não abrir mão de seus princípios nestes anos de história", finalizou. (D.B.)

Programação Especial abordará a “Humanização na Gestão Pública”

Sucesso em todas as suas edições, com auditório lotado e importantes debates, a Programação Especial deste ano ocorrerá entre os dias 14, 15 e 16 de março, no período da tarde (com exceção de sexta-feira, que será de manhã).

A sessão solene de abertura será presidida pela coordenadora geral da Programação, Andrea Siqueira Monti e pela primeira dama e presidente do Fundo Social de São Vicente, Márcia Papa Garcia, após o Momento Cultural.

As palestras começam às 15 horas e vão até às 18h30, encerrando com apresentações de municípios que tiveram experiências positivas de políticas públicas de Juventude.

O primeiro painel será “Enfrentamento à Extrema Pobreza – Intersetorialidade”, com palestra da Dra. Maria Eugenia Lemos Fernandes, Médica infectologista especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Francisco e Coordenadora Geral da Associação Saúde da Família.

Às 16h30, o público poderá conferir apresentação do prefeito municipal de Itú e vice-presidente da APM, Herculano Castilho Passos Júnior, sobre Programa de Prevenção do Câncer de Colo.

Das 17 às 17h30, painel Micro Crédito Produtivo Orientado, com o gerente regional PJ Privada da SR Baixada Santista, Mauro Antonio Gonsales.

Na quinta-feira, o Momento Cultural abre as atividades, às 14 horas. Em seguida, haverá o painel sobre “Programa de Atendimento Odontológico para Pessoas com Deficiência”, com palestra da Dra. Mônica Fernandes Gomes, professora doutora da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos – UNESP, mestrado e douto-



rado em Patologia Bucal e especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades.

Às 16 horas, os representantes dos municípios de Bertioga e São Vicente no Grupo PSE Regional, Rogério Venâncio de Moraes, Flávia Domênica Pereira de Lima Lopes e Melissa Piasecki Farah, falarão sobre “Fotografia da Proteção Social Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista”.

O último painel, às 17h30, trará o tema “A mídia e as primeiras damas”, com a municipalista Dalva Christofoletti Paes da Silva.

Na sexta-feira a programação começa às 8h30, com palestra sobre “A Proteção Integral e o Acolhimento de Crianças e Adolescentes”, ministrada pelo Promotor de Justiça do Município de Guarujá, Dr. Osmair Chama Junior, especialista em Processo Penal pela Universidade Federal de Goiás, Mestre pela FADISP e Professor da UNAERP.

Às 10 horas, haverá lançamento da 7ª Campanha Metropolitana do Agasalho da Baixada Santista.

Em seguida, sessão solene de encerramento, presidida pela coordenadora Andrea Siqueira Monti e pela primeira dama Márcia Papa Garcia. (D.B)

Página da História

Por: Carlos Cruz

Como sempre, Página da História registra momentos marcantes da movimentação das maiores lideranças municipalistas do Estado em nossos Congressos passados.



Recém-empossado governador do Estado, Mário Covas conversa com o ex-prefeito de Campinas, Magalhães Teixeira, seu assessor Bileo Soares e o prefeito de nova Odessa, Carlos Ernesto, no 39º Congresso Estadual de Municípios, em Águas de Lindóia, em 1995



Panorama geral da plateia e da mesa de abertura do 41º Congresso, em Águas de Lindóia em 1997



Presidente Celso Giglio e o deputado Barros Munhoz no Congresso de 1997



Governador Geraldo Alckmin, Guilherme Afif Domingos e demais autoridades no encerramento do 48º Congresso, em Campos do Jordão, em 2004

Produtos

Bradesco apresenta seus produtos no 56º Congresso Estadual de Municípios



Diretor de Negócios do Bradesco, Renan Mascarenhas

Para o Bradesco, o setor público é de grande interesse, tanto que o Banco conta com uma área específica para atendimento ao segmento. "Trata-se de um setor com

cos exclusivos para atender ao segmento, o que o diferencia dos demais bancos na prestação de serviços. "Temos ainda um canal exclusivo para nos comunicar com

grande potencial de negócios, em especial a sua base de servidores e fornecedores", comenta o diretor de Negócios da área de Poder Público do Bradesco, Renan Mascarenhas.

O Bradesco possui em todo o País plataformas exclusivas de atendimento ao setor público, com gerentes especializados e portfólio de produtos e servi-

este público: www.bradescopoderpublico.com.br", complementa Mascarenhas.

Para atender às necessidades do setor, o Bradesco disponibiliza sistemas customizados de processamento de folha de pagamento, gerenciador financeiro de tributos, pagamento de benefícios e programas sociais, crédito consignado com taxas diferenciadas, recebimento de tributos e taxas e operação de crédito para fornecedores.

Os produtos e serviços do banco serão apresentados durante o 56º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente. "O Banco estará presente em um stand com a sua equipe de gerentes de relacionamento e exposição de produtos e serviços voltados para esse público", conclui Mascarenhas.

Cultura

Bia Abile grava seu primeiro CD e faz sucesso nas rádios do interior de São Paulo

A jovem Bia Abile, de Igaraçu Paulista, interior de São Paulo, vem se destacando no cenário musical, no estilo sertanejo pop.

Aos 13 anos, Bia fez sua primeira apresentação tocando acordeon em um recital da escola, a convite de sua professora Helena Regina. Na época, começou a se apresentar com a dupla sertaneja Cesar e Juliano. Aos 14, começou a cantar. Foi descoberta pela HRP produções artísticas - de Botucatu - e participou de shows com renomados cantores do Brasil, como a dupla Guilherme e Santiago e o grupo Barra da Saia.

Hoje, Bia Abile tem seu primeiro CD gra-

vado, com 11 músicas, das quais nove são de sua autoria. O CD tem participação especial de Mariangela Zan, na música Chalana. "Trabalhamos muito nesse primeiro CD. Quando as músicas começaram a tocar nas rádios, muitas pessoas me paravam na rua e parabenizavam pelo trabalho. Para mim é um orgulho muito grande poder ver que meu primeiro trabalho agradou muitas pessoas".

Bia costuma cantar em diversos eventos nas cidades de sua região, como aniversário do município, festas, entre outros.

Indagada sobre seus planos futuros, a jovem anuncia que está com várias compo-



sicoes para um segundo trabalho. "Estão ficando ótimas. Estou ansiosa para começar a trabalhar nesse CD, pois pretendo fazer algo diferenciado para que possa agradar o pessoal de todas as idades". (D.B.)

ELEIÇÕES:

ESTAMOS EM ANO ELEITORAL! A Legislação de regência da matéria hospeda inúmeras vedações, algumas delas já em vigor desde 1º de janeiro de 2012.
Observem com atenção a matéria a seguir:

Por: Antonio Sergio Baptista,
advogado e especialista em Direito Público

Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais



- ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público;

- usar materiais ou serviços, custeados pelo Poder Público;

- ceder servidor ou empregado Público, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;

- fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

- nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas: a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República;

- a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo; a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

Nos três meses que antecedem o pleito é vedado:

- realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

- com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

- fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo; ►

A partir de 01 de janeiro de 2012, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Especial Eleições

•Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o que for menor;

•fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que excede a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 8 de abril de 2008 e até a posse dos eleitos.

Condições de Elegibilidade (Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 14, parágrafos 3º ao 6º)

•São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- a nacionalidade brasileira;
- o pleno exercício dos direitos políticos;
- o alistamento eleitoral;
- o domicílio eleitoral na circunscrição;
- a filiação partidária;
- a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

•São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

- O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”
- Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

A partir de 5 de julho de 2012, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.

É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, participar de inaugurações de obras públicas.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

Inelegibilidade e Impugnações (Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 14, parágrafos 7º ao 11)

•São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

•O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

•Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”(L.C. 64/90)

•O mandato eletivo poderá ser impug-

nado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

•A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

A Res. 20.587/00 alterou entendimento que anteriormente vinha sendo adotado pelo TSE. Consoante se pode aferir do teor da Res. 20.144/98 e 20.151/98 a orientação da Corte Superior Eleitoral era no sentido de considerar os que substituíssem o chefe do executivo, nos seis meses anteriores ao pleito, elegíveis para o cargo do titular. ►



Especial Eleições

TABELA DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO-ELEIÇÃO MUNICIPAL

Cargo	Prefeito Vice-prefeito	Vereador
Administrador de empresa de economia mista destinada à exploração de transporte urbano, que tem como acionista majoritário o município.	4 meses	6 meses
Agente censitário IBGE	3 meses	3 meses
Agente de Polícia	3 meses	3 meses
Assessor de Bancada (não efetivo)	3 meses	3 meses
Autoridade Policial	4 meses	6 meses
Autoridades Civis	4 meses	6 meses
Autoridades Policiais	4 meses	6 meses
Chefe de Delegacia de Polícia Rodoviária Federal	4 meses	6 meses
Chefe de departamento e de divisões - Servidor municipal.	3 meses	3 meses
Chefe de Divisão de Unidades Escolares	3 meses	3 meses
Chefe de Seção de Tributos	4 meses	6 meses
Chefe de Unidades Escolares da Prefeitura	3 meses	3 meses
Chefe do Poder Executivo (reeleição)	Desnecessidade	Desnecessidade
Chefe Repartição Municipal do DETRAN (arrecadador de IPVA)	*	6 meses
Diretor de Hospital (contrato cláusulas uniformes)	Desnecessidade	Desnecessidade
Diretor de Programa da LBA	4 meses	6 meses
Diretor de Programa Estadual de Desestatização	3 meses	3 meses
Diretor Regional de Educação	4 meses	6 meses
Dirigente de Entidade de Assistência a municípios mantidos com verbas públicas	4 meses	*
Dirigente de Entidade de Direito Privado (ausência de recebimento recurso poder público)	Desnecessidade	Desnecessidade
Dirigente de Entidade Representativa de Município	4 meses	6 meses
Dirigente Sindical	4 meses	4 meses
Eletricista – sociedade de economia mista	3 meses	3 meses
Fiscal de Tributo	*	6 meses
Funcionários do Fisco	4 meses	6 meses
Juiz Clássico	4 meses	6 meses

Especial Eleições

Juiz de Paz	Desnecessidade	Desnecessidade
Gerente de Empresa que contrata com o Governo	4 meses	*
Liquidante de Empresa de economia mista (exploração de transporte urbano)	4 meses	6 meses
Locutor de Rádio	Desnecessidade	Desnecessidade
Magistrado	4 meses	6 meses
Médico do INSS	3 meses	3 meses
Membros conselhos diretor, fiscal ou consultivo de entidade representativa de municípios	4 meses	6 meses
Membro de Tribunal de Contas	4 meses	*
Membros do Ministério Público	4 meses	6 meses
Motorista de Sindicato	Desnecessidade	Desnecessidade
Oficial de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal (não efetivo)	3 meses	3 meses
Parente de Presidente de Câmara Municipal	Desnecessidade	Desnecessidade
Policial militar	3 meses	3 meses
Policial Militar (Função de Comando)	4 meses	6 meses
Policial militar – Sargento (sem função de comando)	3 meses	3 meses
Policial Rodoviário federal	3 meses	3 meses
Presidente CREA	4 meses	6 meses
Presidente de Associações Municipais (mantidas total ou parcialmente pelo poder público)	4 meses	6 meses
Presidente de Câmara de Vereadores	Desnecessidade	Desnecessidade
Presidente de Conselho de Fundo Municipal de Previdência dos servidores	4 meses	6 meses
Presidente de Conselho de Fundo Municipal de Previdência dos Servidores públicos	4 meses	6 meses
Presidente de Conselho Municipal da Criança	Desnecessidade	Desnecessidade
Presidente de Creche mantida pelo poder público		6 meses
Presidente de fundação pública estadual	4 meses	
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais		6 meses
Presidente OAB	4 meses	6 meses
Presidente Órgão Municipal de Assistência	4 meses	
Presidente Partido Político	Desnecessidade	Desnecessidade
Proprietários de emissoras radiofônicas	Desnecessidade	Desnecessidade
Radialista	Desnecessidade	Desnecessidade
Representante de associações municipais (mantidas total ou parcialmente pelo poder público)	4 meses	6 meses

Especial Eleições

Secretário de Administração Municipal	4 meses	6 meses
Secretários Municipais	4 meses	*
Secretário de Estado	4 meses	*
Secretário Municipal	4 meses	6 meses
Secretario Municipal de Junta do Serviço Militar	3 meses	3 meses
Secretário-Geral – Poder Judiciário Federal	4 meses	6 meses
Servidor Candidato município diverso	Desnecessidade	Desnecessidade
Servidor público (afastamento remunerado)	3 meses	3 meses
Servidor Público — Cargo Comissionado	3 meses	3 meses
Servidor Público com cargo em comissão	Exoneração no prazo de 3 meses antes do pleito	Exoneração no prazo de 3 meses antes do pleito
Vice-Diretor de Escola	3 meses	3 meses
Vice-presidente de associações municipais (mantidas total ou parcialmente pelo poder público)	4 meses	6 meses
AUTORIDADE MILITAR – Policial Militar no exercício da função de comando		

Obs. Nas Eleições Municipais, onde o prazo para afastamento é de 6 meses para o cargo de vereador, será de 4 meses para o cargo de prefeito e vice-prefeito.

Novo site da APM !

Desenvolvido para melhorar o seu acesso aos nossos serviços e com o visual mais leve, o novo site da APM possui novas tecnologias, informações municipais completas e ferramentas de interação com o internauta.

Acesse: www.apaulista.org.br



Processo eleitoral: esclareça suas dúvidas quanto à propaganda política antecipada e promoção pessoal

Por Paulo Silas Alvarenga de Melo*

Nesta edição, a revista Municípios de São Paulo traz uma entrevista especial sobre eleições, com o advogado especialista em direito público, Paulo Silas Alvarenga de Melo.

Propaganda eleitoral, os cuidados que um candidato deve ter para não incorrer na infração eleitoral da propaganda antecipada e outras proibições são alguns dos assuntos abordados pelo advogado. Confira abaixo:

Qual sistema de representatividade política foi estipulado pela Constituição Brasileira?

A Constituição Federal definiu nosso sistema de representatividade em seu artº 14, pela soberania popular por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos.

Quais as garantias legais para manter o equilíbrio no pleito eleitoral?

A Constituição e as leis que regulamentam as eleições são claras em coibir o abuso do poder econômico. Em que pese a dificuldade da fiscalização, a cada eleição os tribunais eleitorais estão mais rigorosos na apreciação das contas eleitorais apresenta-

das pelos candidatos.

O que configura a propaganda eleitoral antecipada?

A propaganda eleitoral será considerada irregular quando for exibida antes do prazo estabelecido pela lei, hipótese em que será chamada de antecipada. Isso significa que qualquer modalidade de propaganda eleitoral, quando feita antes do dia 6 de julho do ano da eleição, será considerada irregular, não importando se sua forma está autorizada pela legislação eleitoral.

Poderia exemplificar alguns tipos de propaganda antecipada?

Por exemplo: o pretenso candidato a um cargo político manda confeccionar adesivos com os seguintes dizeres: "Em 2012 vamos juntos mudar, conto com você. Paulão do Mercado"; "Juntos faremos a diferença em 2012. Márcio da Farmácia"; "Vamos renovar em 2012. Fábio da Mecânica" etc. Ou seja, todo tipo de propaganda nas suas variadas formas, que indiquem a postulação pelo voto, intencionalmente ou não.

Até que data é considerada uma propaganda antecipada pelo calendário eleitoral?

A lei eleitoral estabelece como propa-

ganda antecipada aquela feita até o dia 6 de julho do ano da eleição, data a partir da qual a propaganda eleitoral é permitida. Mas não temos uma data inicial que podemos considerar como início da propaganda eleitoral antecipada, muito embora existam julgados que consideraram como propaganda eleitoral antecipada aquela feita um ano e meio antes do pleito. Todavia, tais decisões são passíveis de questionamento, pois o objetivo da propaganda eleitoral antecipada é indicar ao eleitor a intenção de concorrer a um determinado cargo público, ou seja, um ano e meio antes do pleito não poderia caracterizar tal intenção, a não ser que a mesma fosse repetida durante todo o período pré-eleitoral.

Quais os cuidados que um candidato deve ter para não incorrer na infração eleitoral da propaganda antecipada?

Todo candidato pensa nas diversas estratégias para conquistar o voto. Para isso, ele tenta ser o mais direto na conquista deste objetivo, o que é óbvio. Mas a melhor forma de evitar ser punido pela aplicação da lei eleitoral é, antes de veicular qualquer propaganda, consultar os especialistas para que os mesmos possam avaliar se ►

a propaganda será considerada antecipada ou não. Por exemplo, um prefeito ou um vereador ocupante do cargo pode publicar boletins informativos de seus mandatos nos termos do artº 37 da Constituição, em respeito ao princípio da publicidade. Uma frase pode ser considerada propaganda antecipada apenas por uma palavra ou verbo.

Exemplo: "O prefeito João Carlos fez nesta manhã a última vistoria na construção da creche da Vila Maria, a qual será entregue à população nos próximos dias, cumprindo com seu compromisso programático e assim continuará administrando em prol do avanço social". Veja que em toda esta frase apenas uma palavra caracterizou propaganda política antecipada. Caso o prefeito João Carlos estivesse disputando a reeleição, qual seria a palavra? A palavra é continuará, se a mesma for substituída pela palavra continua, significa dizer que ele continua executando seu programa de governo para o qual ele foi eleito, mas o emprego da palavra continuará insinua um pedido de apoio para sua reeleição.

Qual a diferença entre propaganda eleitoral antecipada que é vetada pela lei eleitoral e a promoção pessoal que é permitida?

A propaganda eleitoral é caracterizada como um pedido direto ou indireto de voto ao eleitor pelo futuro candidato, ou seja, tudo que procura vincular seu nome, demonstrando que ele pretende o voto do eleitor.

Já a promoção pessoal visa tão somente destacar e marcar um nome ou uma marca para diversas finalidades, tais como fortalecer seu comércio, promover seu nome para a sociedade, enfim destacar o nome para que o mesmo esteja em evidência, sem, no entanto, insinuar qualquer pedido de voto para fins político-eleitorais. Daí a importância de no período pré-eleitoral promover o nome que se manterá em evidência caso se pretenda disputar uma vaga a um cargo público, sem, no entanto, dar a conotação do pedido do voto.



Como se dá na prática a promoção pessoal sem ferir a regra da propaganda eleitoral antecipada?

Esta forma é verificada no dia a dia como, por exemplo, quando se promove um show sertanejo. Destaca-se o nome do artista principal (teremos a presença de Michel Teló). Dessa forma promove-se o show através do nome Michel Teló.

Vejamos outro exemplo: "Paulão do Mercado deseja um feliz dia das mães a todas as heroínas que trazem ao mundo a vida e mantém a esperança". Esta promoção pode ser feita em qualquer das formas idealizadas, a saber, outdoors, panfletos, panos de prato, relógio de parede, chaveiros, cartões junto com um botão de rosa, cartão com sua foto e da mãe homenageada, entre tantas outras. Vale lembrar que este tipo de material é vedado no período eleitoral, pois é considerado brinde. No entanto, no período pré-eleitoral é permitido na forma de promoção pessoal.

Quais os cuidados que o futuro candidato deve ter para não incorrer em crime eleitoral?

Como dito anteriormente, o candidato

deve sempre procurar a orientação de um especialista, pois apenas uma palavra ou um verbo pode descharacterizar a promoção pessoal, tornando-a propaganda política antecipada.

Exemplo: "Paulão do Mercado deseja um feliz dia das mães a todas as heroínas que trazem ao mundo a vida e mantém a esperança. Juntos faremos esta cidade mais feliz".

Veja que as palavras "Juntos faremos esta cidade mais feliz" já caracteriza sua intenção de angariar os votos das mães para sua futura eleição.

É exatamente no detalhe que se pode comprometer todo um trabalho de promoção pessoal, fazendo com que o mesmo prejudique sua candidatura uma vez que terá caracterizado propaganda política antecipada.

Existe abuso do poder econômico na promoção pessoal do nome para fins eleitorais?

Não, como a promoção pessoal do nome é livre e não tem controle de gasto, pode ser feita segundo a capacidade financeira daquele que pretende promover seu nome. Por outro lado, a propaganda ►

Especial Eleições

política antecipada caracteriza o abuso do poder econômico, pois é possível de controle e prestação de contas, além de estar restrita às formas legais (nesta não se pode usar o outdoor, por exemplo).

E quem já ocupa cargo público, qual cuidado deve ter?

O uso dos bens públicos é proibido para promoção pessoal bem como para propaganda política antecipada.

Exemplo: Um vereador consegue uma máquina retro escavadeira para limpar um terreno onde se realizará uma quermesse. No dia da abertura da quermesse o pároco pega o microfone e agradece ao vereador Paulão por ter conseguido a máquina junto à Prefeitura e pede para que os municípios lembrem-se sempre de quem os ajuda. Aí está caracterizada a promoção pessoal a custa do bem público. Outro exemplo seria o do prefeito ou vereador que tem lotado em seu gabinete um funcionário e este

presta serviços em seu escritório político ou realiza tarefas de cunho pessoal do mesmo (paga contas bancárias, leva seu carro particular no mecânico), isto, claro, dentro do horário estipulado para o exercício de sua função pública.

Quem fiscaliza e até quando se pode ingressar na justiça eleitoral para impedir que o candidato falso assuma o cargo eletivo?

A fiscalização se dá pelo representante da justiça eleitoral local (juiz e promotores), pelos partidos políticos ou por qualquer cidadão no pleno exercício de seus direitos.

A denúncia pode ser feita, desde que acompanhada de provas robustas e concretas, até quinze dias após a diplomação do candidato pela justiça eleitoral.

É proibido o uso de bonés, camisetas, broches etc. em todo o período eleitoral?

Não. A legislação permite o uso deste material no dia da eleição conforme preceitu o artº 70 da Lei Eleitoral:

Art.70. Permissão no dia da Eleição de manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor em camisetas, bonés, broches ou dísticos e adesivos em veículos.

Quais suas recomendações finais?

Com o rigor da Lei eleitoral, que restringe ao máximo a exposição do nome, os candidatos devem recorrer, exatamente no período que vai até o dia 6 de julho de 2012, a todas as técnicas de propaganda que promovam seu nome, tomando o devido cuidado e sempre buscando orientação profissional para não transgredir a lei eleitoral.■

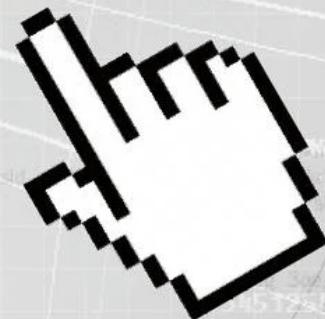
*Paulo Silas é advogado, especialista em Direito Público. Contato: paulo.imb@uol.com.br

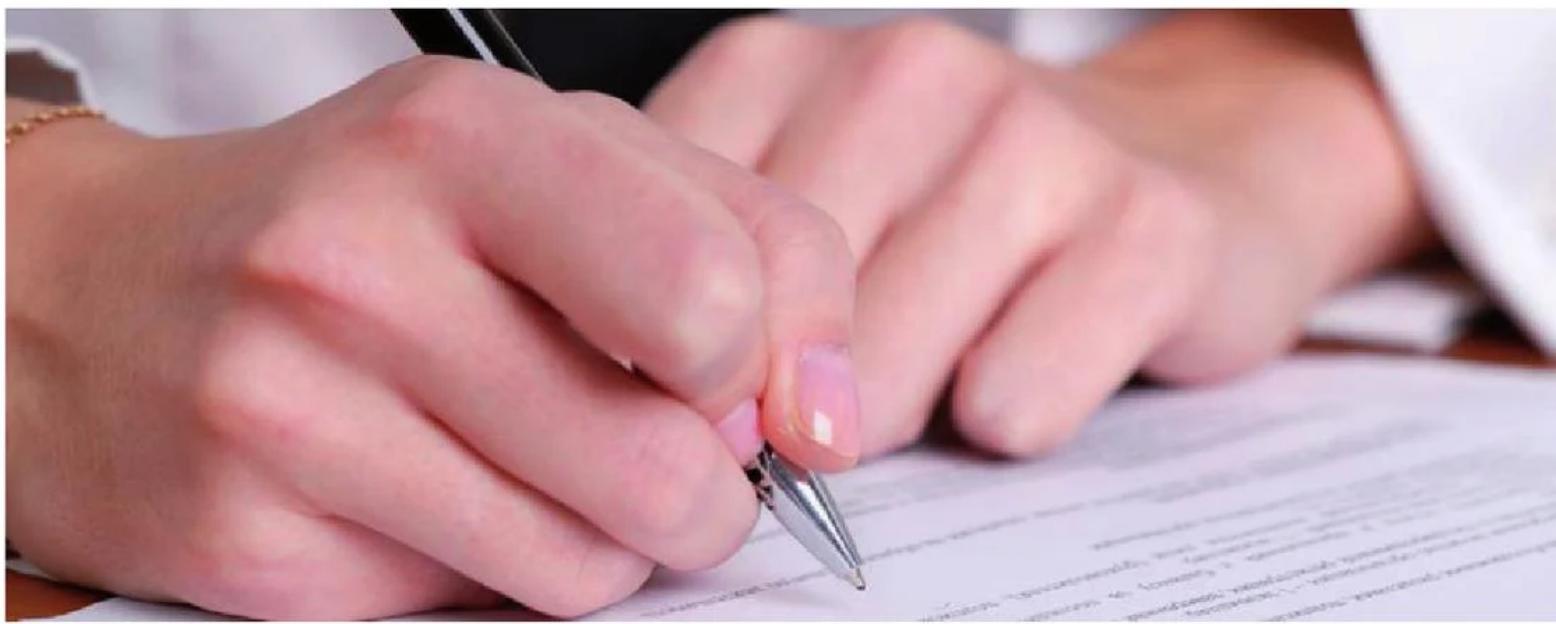
Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO



**AGORA SUA REVISTA MUNICÍPIOS DE
SÃO PAULO TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL
EM VERSÃO ON-LINE. ACESSE:
WWW.APAULISTA.ORG.BR
E TENHA OS MUNICÍPIOS PERTO DE VOCÊ**





A ADMINISTRAÇÃO PODE LICITAR DURANTE O ANO ELEITORAL?

Por: Isabela Giglio*

Inúmeras dúvidas surgem nas Administrações municipais durante o ano das eleições, especialmente em face do conteúdo da Lei Eleitoral (Lei federal nº 9.504/97).

De fato, o comentado diploma legal impõe aos agentes públicos uma série de vedações, que sinalizam maior cautela no trato da coisa pública, especialmente durante o ano das eleições, objetivando, sobretudo, assegurar igualdade de oportunidade para todos os candidatos e restringir a influência do poder político e econômico nas eleições.

Não basta a realização de eleições para que a democracia se concretize: é essencial, outrossim, a existência de um regramento claro, preciso e transparente, que viabilize a igualdade de condições entre os candidatos, assegurando a representatividade da população na gestão do Poder Público, bem como a possibilidade de alternância de poder entre os grupos políticos organizados.

A serviço do espírito da Lei Eleitoral, o

seu artigo 73 enumera algumas condutas vedadas aos agentes políticos durante o ano das eleições, reprimindo comportamentos que resultem no incentivo a esta ou àquela candidatura, com o intuito maior de promover a lisura do pleito.

São situações de abuso de poder de autoridade, que foram reconhecidas pelo legislador como prejudiciais às eleições e que, por si só, tendem a desequilibrar o pleito, devendo, por isso, serem repelidas pela Justiça Eleitoral.

No que se refere especialmente à realização de procedimentos licitatórios, a Lei Eleitoral não traz restrições adicionais no ano das eleições.

Em linhas gerais, no último ano do mandato do Prefeito, permanecem vigentes as limitações normais, impostas pela legislação para qualquer certame, podendo as licitações serem iniciadas desde que haja dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes de contratações

em execução.

Adicionalmente a essa restrição, em alguns casos específicos, aplica-se, ainda, o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam:

- qualquer ação governamental que acarrete aumento de despesa deverá ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

- deve haver demonstração da origem dos recursos para seu custeio;

- indispensável a comprovação de que o aumento não afetará as metas de resultados fiscais previstas em anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício, devendo os efeitos financeiros da ►

Especial Eleições

majoração, nos anos subsequentes, serem compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.

Ademais, a realização de despesa no último ano dos mandatos dos atuais Prefeitos subordina-se às restrições estabelecidas pelo artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, consistentes na impossibilidade de o Prefeito contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Assim, ainda que não existam regras específicas adicionais quanto à realização de licitações no último ano dos mandatos dos atuais Prefeitos, aplica-se a todas as despesas assumidas a regra do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser observada também para a realização do procedimento licitatório.

Em termos práticos, o dispositivo enumera que as obrigações assumidas a partir de

1º de maio de 2012 devem ser integralmente cumpridas até 31 de dezembro do mesmo ano, inclusive o pagamento.

Na hipótese de existirem parcelas remanescentes, a serem pagas no ano seguinte, deve haver disponibilidade de caixa para esse fim.

Na apuração das disponibilidades de caixa, devem ser considerados todos os compromissos a pagar, mesmo aqueles vencidos anteriormente a 1º de maio.

Em se tratando de compromisso financeiro para execução depois do término do mandato do Prefeito, se assumido no último mês do exercício, incide a vedação do artigo 59 da Lei Federal nº 4.320/64, que impede que o Município empenhe mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente, bem como assuma, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do prefeito.

É possível, pois, a realização de licitações durante o último ano do mandato do Prefeito, o que inclui o período eleitoral,

mas é importante que não se perca de vista as vedações legais ora expostas. □



*Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro "Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa" e co-autora do livro "Vinte Anos de Constituição" (isabela@conam.com.br).

Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

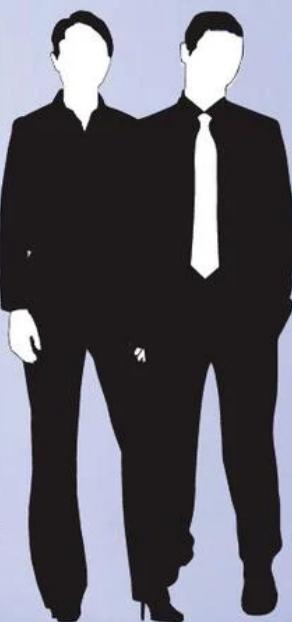
Vantagens da Carteira de identificação do Gestor Municipal • Isenção da taxa de inscrição para Gestores nos Congressos Municipais e descontos especiais em eventos realizados pela APM • Isenção para acesso ao webcast (curso on-line) • Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) prefeito(a) • Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas • Sala dos Municípios equipada à disposição • Desconto e suporte técnico na aquisição do Diário Oficial Eletrônico



SOLICITE A SUA AGORA MESMO!

INFORMAÇÕES

Fone: (11) 2165.9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br





MARKETING NAS ELEIÇÕES

Por José Rodrigues*

O Marketing é a palavra da hora nesse ano eleitoral, não só como estratégia, mas também como planejamento.

Para um candidato se eleger, se reeleger, ou apoiar seu sucessor, é importantíssimo um planejamento de Marketing.

É fundamental saber que o MKT é uma ferramenta, e não uma varinha de condão que realiza milagres. Por isso, a presença de um profissional de MKT e não um "cabo eleitoral" na equipe pode fazer toda a diferença na criação e planejamento.

Importante saber também que a verba ou investimento no MKT não é o mais importante, mas a criatividade e formas de se comunicar farão a diferença para o sucesso.

Para um projeto de MKT, não são necessárias ações mirabolantes, e sim criativas e originais, pois, assim, haverá cobertura da mídia, de forma espontânea, e o mais importante: o eleitor terá uma identificação maior com seu candidato.

O uso da tecnologia é importante, mesmo que a grande maioria dos eleitores não use os modernos meios de informação, mas não podemos esquecer que o MKT viral, ou o famoso boca a boca, funciona e dará mais credibilidade ao candidato.

Estar em todos os meios de comunicação e informação (usar as mídias sociais como o twitter, internet, facebook etc), principalmente junto aos eleitores formado-

res de opinião, pode ser o grande "pulo do gato".

Antes do planejamento, o conhecimento do que o eleitor deseja e anseia é fundamental para assim fortalecer a relação com o eleitor.

Se o candidato deixar claro que quer o mesmo que o eleitor, ou seja, o fortalecimento da cidade, o bem estar social e o comércio atuante, os votos serão dele.

Falar e destacar nos comícios e entrevistas que vai melhorar a Educação, Segurança Pública, Saúde, Habitação, é chover no molhado, pois TODOS os outros candidatos estarão falando as MESMAS coisas.

O eleitor está cansado do bla.bla.bla de sempre; ele quer soluções, quer comprometimento, quer ouvir a verdade, quer saber o que o candidato sente e quer.

Criar um novo tema, como a importância, a história ou a vocação da cidade, pode ser um diferencial para se destacar entre os outros candidatos.

Ter um programa claro e detalhado é a melhor forma de se comunicar com os eleitores e, assim, mostrar o quanto conhece a cidade e sua população.

Mostrar que se preocupa com a cidade, seu comércio, suas indústrias, é quase infalível. Para isso, precisa conhecer o íntimo da população, seus anseios e desejos, mostrar que também é uma pessoa e que quer o melhor para sua cidade.

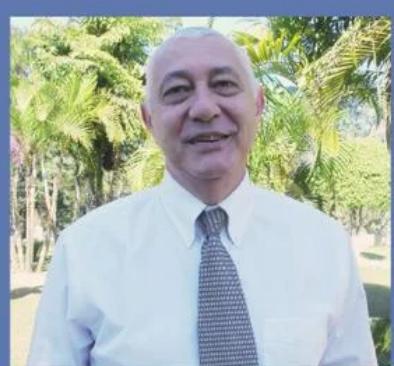
Com a democracia consolidada, as eleições são mais complexas e competitivas, e os eleitores mais informados. Portanto, o uso do MKT como ferramenta pode ser a diferença entre a vitória ou a derrota.

O improviso ou "faro político" não tem mais lugar no mundo moderno.

Uma equipe coesa e um planejamento adequado serão a base para a construção da vitória.

Não podemos esquecer em momento algum que vivemos no Brasil e somos um povo movido pela emoção e paixão. Por isso, atingir a emoção, o coração do eleitor, é um grande passo para atingir os objetivos da campanha.

Dessa forma, o caminho para a vitória e sucesso será mais fácil.



*José Rodrigues é profissional e professor de Marketing (jrodrigues-mkt@hotmail.com)

IPTU: VEDAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS NO ANO ELEITORAL

Por Antonio Sergio Baptista*

Estamos em ano eleitoral no âmbito dos Municípios e surgem os primeiros questionamentos quanto à incidência da vedação grafada no parágrafo 10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/97 - que disciplina as eleições - em confronto com as legislações municipais que abrigam previsão de distribuição de diferentes prêmios (bens móveis, valores em espécie, etc.), por sorteio entre contribuintes do IPTU, desde que adimplentes.

Em 2008 o tema foi colocado e, então, assim manifestei minha opinião:

Abrindo a resposta e para solver a dúvida, vale conferir a regra de vedação posta na lei eleitoral:

Artigo 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

Analizando a regra de vedação e, em especial o parágrafo 10, observo que a norma tem como cerne a expressão “distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios” e, em síntese, a gratuidade como obstáculo para a ação administrativa. Gratuidade significa, segundo Aurélio¹, “graça; dádiva; presente”.

Gratuito é aquele bem, valor ou bene-

ficio que se dá sem qualquer exigência de contrapartida. Distribuição gratuita, nos termos postos na norma é incondicionada.

Ao revés, todas as ações administrativas de distribuição de bens, valores ou benefícios que exijam qualquer contrapartida, qualquer tipo de contraprestação, não serão alcançadas pela regra de vedação que, aliás, deve ser interpretada de forma restritiva que, como bem anota CARLOS MAXIMILIANO, mestre maior da hermenêutica, “não reduz o campo da norma; determina-lhe as fronteiras exatas.”² A fronteira exata da norma é a gratuidade.

Assim, entendo que toda a distribuição de bens, valores ou benefícios que, fundada em lei de competência do ente federativo, contenha alguma exigência de contrapartida, contraprestação ou condição prévia, não está alcançada pela vedação estampada na norma eleitoral, sejam incentivos ou benefícios de natureza fiscal, sempre condicionados à adimplência do contribuinte; sejam doações, autorizações, permissões ou concessões de direito real de uso, de bens públicos de qualquer espécie, desde que condicionados ao cumprimento de encargos pelo donatário, usuário, permissionário ou concessionário.

No entanto, agora e diferentemente, analisando novamente a questão, entendo que aquela não foi a melhor interpretação, isto porque, o recolhimento de tributos, a adimplência, é obrigação principal de todo contribuinte, que não exige do fisco qualquer contrapartida, mesmo porque e ao revés, a inadimplência implica, sempre, em penalização através de regras específicas albergadas na legislação de regência.

Além disso, a regra de vedação estampada no parágrafo 10 do artigo 73 da Lei nº

9.504, em interpretação sistemática, assim considerado o conjunto de vedações colocado nos demais incisos e parágrafos do referido artigo, tem por objetivo impedir que a máquina administrativa, ainda que autorizada por lei, venha a ser utilizada em ano eleitoral, para desequilibrar aquela “igualdade de oportunidades entre os candidatos”, a que alude o caput do artigo 73.

De outra banda, é oportuno lembrar, neste passo, que o mesmo artigo 73, em seu parágrafo 5º, hospeda rigorosa punição, como se lê:

5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009 - destaquei).

Ora, o risco de ter o registro ou diploma caçados, ainda que sob a presunção de ter havido ou não benefício eleitoral, é situação que não deve ser enfrentada, em especial tendo em vista a enorme dificuldade de produção de prova negativa.

Concluindo, alerto os Municípios em geral e, em especial, aqueles que possuem algum tipo de sistema legal de premiação por adimplência tributária, para que providenciem a suspensão do benefício, neste ano de eleições municipais, na esteira do que decidiu o Tribunal Superior Eleitoral, na CONSULTA nº 1531-69.2010.6.00.0000 e respectivo voto, disponível em <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia>.

*Antonio Sergio Baptista é advogado, especialista em Direito Público

¹Novo Aurélio; Editora Nova Fronteira;

²Carlos Maximiliano; Hermenêutica e Aplicação do Direito; Forense; 12ª Edição, p.201

Sistema UNO PÚBLICO de Ensino

no 56º Congresso de Municípios do Estado de São Paulo

Convidamos você a conhecer soluções educacionais que têm muito a contribuir para que o seu município obtenha os melhores resultados no IDEB.



- ✓ Soluções sob medida para o seu município
- ✓ Compromisso com a educação de qualidade
- ✓ Formação continuada para professores
- ✓ Parceria para resultados

Esperamos sua visita em nosso estande!

13 a 16 de março

Complexo de Eventos e Convenções da Costa da Mata Atlântica
São Vicente – SP



0800 55 16 11
www.unopublico.com.br





Os resíduos sólidos nos municípios paulistas

O destino dos resíduos sólidos é um dos grandes problemas enfrentados pela maioria das cidades brasileiras. O aumento da urbanização e a concentração da população acentuam a cada ano a gravidade desse problema. No Censo Demográfico 2010 a população foi consultada em relação à existência e modalidade de sistema de coleta de lixo nos domicílios. Além disso, foi verificado qual o destino que a população dá ao lixo, nas situações em que o sistema de coleta é inexistente.

No Estado de São Paulo foi possível observar que em 57% de seus municípios a cobertura era superior a 95% no que se refere à coleta de lixo. Em 12% dos municípios do Estado a cobertura de coleta de lixo ficou entre 99 e 100%. Porém, existem alguns municípios que apresentam números relativamente baixos em relação a esse indicador, como pode ser constatado no ranking ao lado. ►

**Ranking dos municípios com menor cobertura de coleta de lixo.
Estado de São Paulo - 2010**

Municípios	Lixo Coletado (%)
Caiuá	59,25
Marabá Paulista	60,68
Mirante do Paranapanema	62,09
Iaras	65,61
Nova Canaã Paulista	65,64
Cunha	66,13
Euclides da Cunha Paulista	67,36
Tejupá	69,62
Murutinga do Sul	69,91
Sandovalina	70,42
Santa Rita d'Oeste	71,54
Álvares Florence	71,64
Arco-Íris	72,63
Iporanga	72,72
Suzanápolis	73,67
Ribeirão Branco	73,74
Nova Castilho	73,95
São Pedro do Turvo	74,65
Miracatu	75,09
Turmalina	75,35

**População Residente em setores rurais.
Municípios do Estado de São Paulo – 2010**

Municípios	População Residente (%)
Caiuá	61,7
Nova Canaã Paulista	58,37
Iaras	55,51
Marabá Paulista	55,49
Ribeirão Branco	49,13
Miracatu	48,59
Cunha	44,36
Iporanga	44,15
Arco-Íris	43,01
Mirante do Paranapanema	41,12
Murutinga do Sul	38,53
Euclides da Cunha Paulista	36,24
Tejupá	35,12
Nova Castilho	33,69
Suzanápolis	33,25
Álvares Florence	32,05
Santa Rita d'Oeste	30,28
Sandovalina	30,22
Turmalina	28,87
São Pedro do Turvo	28,45

**Domicílios com lixo coletado por meio de Caçamba
Municípios do Estado de São Paulo – 2010**

Municípios	Participação (%)
Itaóca	87,49
Pedra Bela	70,94
Pinhalzinho	41,25
Cabreúva	35,42
Monteiro Lobato	35,21
Itapirapuã Paulista	34,94
Porangaba	33,58
Jumirim	33,37
Joanópolis	29,27
Piedade	29,06
Cubatão	28,98
Itu	28,64
Quadra	28,02
São Lourenço da Serra	27,30
Natividade da Serra	27,28
Vargem	26,96
Ibiúna	26,78
Jarinu	26,24
Santo Antônio do Pinhal	25,51
Queiroz	23,78

Esse conjunto de municípios, que possuem baixa cobertura de sistema de coleta de lixo, apresenta também em comum a grande participação de habitantes residentes em setores rurais, como pode ser observado na tabela ao lado.

No Estado de São Paulo a população residente em setores rurais corresponde a apenas 4,06%. No entanto, em Caiuá, município com menor índice de cobertura de coleta de lixo, a população em setores rurais correspondia a 61,7%.

Outra distinção importante entre as cidades com maior presença de população rural diz respeito à modalidade da coleta de lixo. Nos municípios eminentemente urbanos, observa-se a grande presença de serviço de coleta. Já no caso das cidades com elevada participação de população rural ocorre utilização significativa da coleta por meio de caçamba. Os municípios de Itaóca, Pedra Bela e Pinhalzinho apresentam os mais elevados índices de coleta de lixo nessa modalidade.

Assim, nessas cidades a população recorre a outras modalidades de descarte dos resíduos sólidos como, por exemplo, a queima ou o enterro do lixo. Nos municípios com grande presença de população rural é grande também a incidência da queimada do lixo.

Nos municípios paulistas é pequena a ocorrência da utilização da prática de enterrar o lixo. Porém, em termos absolutos é preocupante o fato da existência de domicílios que se utilizam dessa prática. No município de Itapetininga 255 domicílios recorriam a prática de enterrar o lixo. E mesmo na Capital do Estado, com elevada taxa de urbanização, ainda se é possível encontrar 108 domicílios que realizam essa prática.

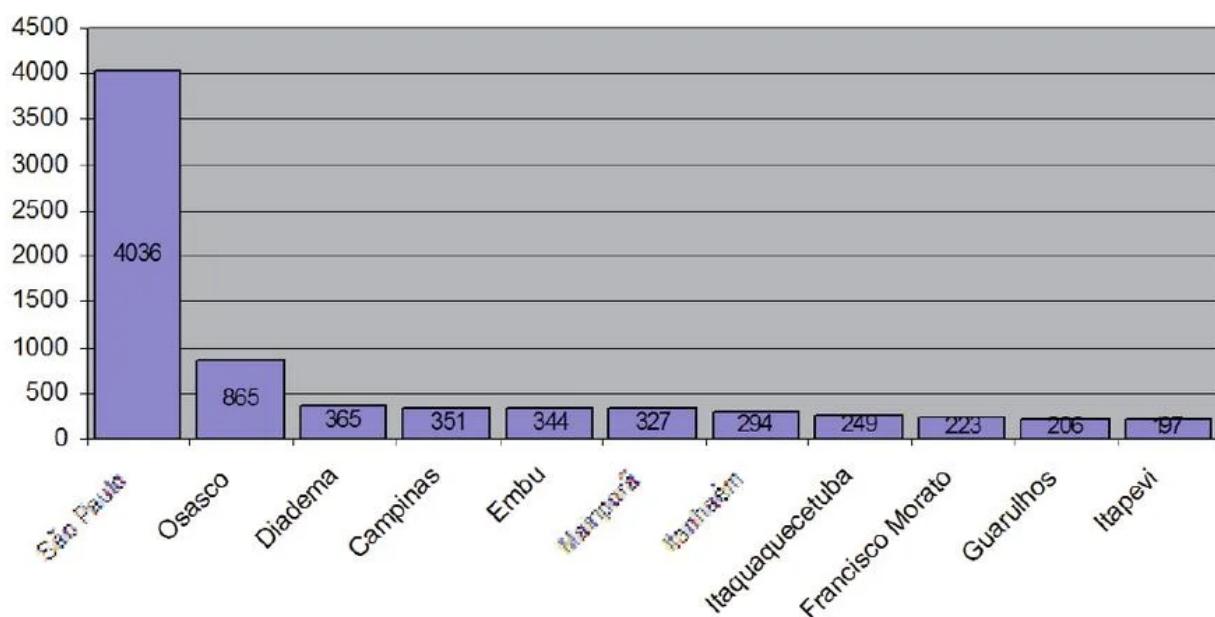
Por fim, outro fato preocupante é a existência de domicílios que ainda descartam o lixo em terrenos baldios. Mesmo que em termos percentuais esse indicador seja reduzido, cerca de (0,11%), na Cidade de São Paulo correspondia a 4.036 domicílios que

Domicílios cujo destino do lixo é a Queimada Municípios do Estado de São Paulo – 2010

Municípios	Participação (%)
Caiuá - SP	35,76
Mirante do Paranapanema	33,36
Marabá Paulista	32,49
Nova Canaã Paulista	31,28
Cunha	30,7
Euclides da Cunha Paulista	27,17
Iaras	26,69
Murutinga do Sul	25,92
Álvares Florence	25
Sandovalina	24,44
Iporanga	24,21
Nova Castilho	23,95
Ribeirão Branco	23,72
Suzanápolis	23,3
Santa Rita d'Oeste	22,75
Natividade da Serra	22,74
Turmalina	22,54
Tejupá	22,44

descartavam o lixo em terrenos baldios. Outros municípios da Região da Metropolitana de São Paulo também apresentaram razoável número de domicílios nesses condições, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Domicílios que jogam o lixo em terreno baldio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica a todos os interessados que, desde o dia 23 de janeiro de 2012, o Processo Eletrônico – e-TCESP encontra-se acessível para consulta pública e para petição eletrônica de representações versando sobre Exame Prévio de Edital para advogados devidamente cadastrados, nos termos do Regimento Interno e da Resolução nº 01/2011, devendo toda a documentação encaminhada para fins de recepção e cadastramento do processo eletrônico, por meio das Unidades Protocoladoras ou da Internet, obedecer às regras previstas nos Comunicados SDG nº 38/2011 (DOE de 17/12/2011) e nº 04/2012 (DOE de 19/01/2012).

Ressalte-se que nenhum interessado será prejudicado no seu direito de representar junto a esta Corte de Contas caso ocorra eventual indisponibilidade técnica no sistema, ocasião em que serão adotadas medidas necessárias à recepção da documentação.

Leia a íntegra dos Comunicados na página da Internet – <http://www.tce.sp.gov.br>. Eventuais dúvidas deverão ser dirigidas a este Tribunal por meio do endereço eletrônico –<http://atendimento.tce.sp.gov.br>.

Comunicado SDG nº 37/2011

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que o prazo para cadastramento de todos os órgãos jurisdicionados estabelecido no COMUNICADO nº 30/2011 venceu no dia 18/11/2011 e que ainda existem entidades que não efetivaram seu credenciamento.

Desta forma, informamos que se encontra disponível no endereço eletrônico <http://questionario.tce.sp.gov.br/index.php?sid=11378> respectiva ficha de credenciamento e informações para a efetivação do procedimento.

Lembramos que o não atendimento às determinações exaradas poderá acarretar prejuízos aos seus interesses junto a este Tribunal, sujeitando-os ainda às cominações previstas em lei.

SDG, 8 de dezembro de 2011.

Sérgio Ciquera Rossi
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

DOE – 09/12/2011



Planejamento e Gestão Municipal: Importância da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) nesse contexto

Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo - Pesquisadora do IPT

O alcance da sustentabilidade socioambiental das cidades enseja grandes desafios ao planejamento urbano e à gestão municipal.

As cidades e populações constituem-se em elementos que interagem continuamente e dessa maneira ambas sofrem com a reciprocidade das ações e reações mútuas.

Se observadas apenas as notícias divulgadas pela mídia várias poderiam ser enumeradas: na recorrência anual das estações chuvosas sofrem-se as consequências danosas das instabilizações geotécnicas associadas a conglomerados populacionais em áreas vulneráveis; no avanço da urbanização cresce a impermeabilização dos terrenos, causando enchentes em vias públicas e equipamentos urbanos; não raro noticia-se a existência de grupamentos urbanos em áreas contaminadas causando riscos à saúde da população; acumulam-se resíduos e solos erodidos nos córregos e rios que atravessam a cidade causando enchentes e propagando-se vetores de doen-

ça; carência de transporte público adequado e sobrecarga de demanda nas vias existentes causam deseconomias, poluição do ar e impactos sociais; o crescimento acelerado das cidades associado ao planejamento e organização inapropriados marginalizam as condições sociais e afetam áreas de preservação (áreas verdes e de mananciais); em termos de adaptação da infra-estrutura, as cidades não estão preparadas para absorver os efeitos das mudanças climáticas, dentre outras.

A Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei n. 6.938/1981) estabelece treze instrumentos a serem utilizados de forma articulada para atingir o objetivo de “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”, bem como “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”.

Não obstante a existência de vários instrumentos da nossa política ambiental

aplicáveis ao contexto de empreendimentos ou de ações mais localizadas como a AIA (Avaliação de Impacto Ambiental), EIA (Estudo de Impacto Ambiental), EVA (Estudo de Viabilidade Ambiental) e EIVI (Estudo de Impacto de Vizinhança), remanescem impactos **cumulativos, sinérgicos e indiretos** resultantes de grupamentos de intervenções similares e/ou diversificadas que requerem um instrumento com vocação de análise holística dada a complexidade dos efeitos resultantes.

Esses impactos que não são considerados pelos instrumentos tradicionais legais decorrem da falta de aplicação sistemática de ferramenta de avaliação ambiental que considere (identifique, avalie e discuta alternativas) os impactos associados ao planejamento, no caso específico o planejamento municipal territorial.

Nesse escopo insere-se o instrumento de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, que se destina a avaliar as decisões estratégicas vinculadas às ►

etapas decisórias que antecedem o projeto, as quais podem causar significativos impactos ambientais e comprometer a sustentabilidade socioambiental. AAAE remete aos estágios decisórios anteriores ao projeto, considerando políticas, planos e programas, já se incorporando o meio ambiente como critério, o que vai influenciar o “deseño” da política.

Os primeiros exemplos de aplicação de AAAE no mundo remetem ao final dos anos 1980. O grande marco regulatório mundial do instrumento foi a implantação da Diretiva Européia 42/2001 que regulamentou seu uso para a escolha de políticas sustentáveis (planos e programas) que possam afetar a qualidade do ambiente para gerações atuais e futuras. Atualmente, cerca de 40 (quarenta) países têm sólida plataforma de AAAE.

No Brasil, o instrumento apareceu, formalmente, pela primeira vez, em um projeto de lei federal em 2003 e, anteriormente, havia sido mencionada no Estado de São Paulo por meio da Resolução SMA 44/93. Atualmente, percebe-se um crescente incentivo ao seu uso sistemático no país em função da sua promoção pelos bancos multilaterais de financiamento, instituições de ensino e pesquisa e até algumas iniciativas do setor empresarial e de organizações não governamentais.

Cabe destacar que, em 2010, dois importantes marcos surgiram para o estímulo do uso do instrumento, em São Paulo e no país: o Decreto Estadual número 55.947/10 sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas, que coloca a AAAE como ferramenta necessária nesse contexto e o documento preliminar, para consulta pública, acerca das diretrizes para o uso da AAAE nas decisões do governo federal.

Como tornar a AAAE de fato um instrumento a ser utilizado e que possa garantir efetividade na busca da sustentabilidade socioambiental das cidades?

Alguns autores brasileiros que trabalham no tema propõem como um caminho para que isso se torne realidade a realiza-

ção de AAAE na confecção/revisão de planos diretores municipais.

Souza (2003), por exemplo, realizou uma AAAE de um plano territorial urbano (o plano diretor de 1996) de Blumenau (SC). A autora explicita duas questões norteadoras em seu trabalho, importante para reflexão atual e comum a várias cidades brasileiras: “*Qual é a vulnerabilidade do sistema ambiental frente à ocupação urbana, na antiga área rural de Blumenau?*” e “*Quais são as falhas na legislação municipal de planejamento urbano que permitem tantos impactos socioambientais urbanos?*”. A AAAE proposta pretende contribuir para a revisão do planejamento do uso e ocupação do solo, identificando as classes de vulnerabilidade à ocupação das áreas consideradas urbanas pelo Plano Diretor 1996, evidenciando se existem conflitos de uso do solo e degradação ambiental e analisando as interações com a sociedade e a economia do sistema. Permite, assim, uma revisão mais adequada do zoneamento, a determinação de áreas propícias para urbanização, a tomada de decisões quanto à ampliação ou diminuição de perímetros urbanos e a avaliação de suas possíveis consequências.

Outra experiência relacionada ao tema foi proposta por Fabbro Neto (2010), na identificação de contribuições da AAAE para o planejamento de uso e ocupação do solo do município de São Carlos (SP), também a partir do seu plano diretor. A pesquisa indica que a AAAE pode contribuir para atingir os objetivos de sustentabilidade, possibilitando que procedimentos participativos reconhecidos pelo instrumento auxiliem a romper as barreiras entre grupos de interesse, em somatória à força de trabalho de autoridades responsáveis pela implementação das ações de planejamento.

Ademais das questões relevantes destacadas por esses autores, a AAAE permite subsidiar no contexto de planejamento e gestão municipal, políticas de transporte, industriais, de lazer, comércio, áreas verdes,

áreas protegidas, dentre tantos outras.

Atualmente, segundo Pellin et al. (2011) não existe arcabouço legal nem referências conceituais bem estabelecidas para adoção da AAAE no Brasil, sendo a inserção desse instrumento ainda restrita. Dessa forma, é preciso que a discussão sobre as metodologias, abordagens e maneiras de aplicação da AAAE seja ampliada no país, e que o governo brasileiro assuma um papel mais proativo no estabelecimento de consensos sobre o tema.

O planejamento urbano apresenta-se como um campo profícuo e necessário ao uso sistemático da AAAE para ordenação sustentável dos espaços habitáveis, mantendo as funções sociais essenciais esperadas numa organização urbana. □

Referências Bibliográficas

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. Avaliação Ambiental Estratégica como subsídio para o planejamento urbano. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FABBRO NETO, Francisco. Avaliação ambiental estratégica para planos de uso e ocupação do solo: um estudo sobre o plano diretor municipal. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

PELLIN, A. et al. Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil: considerações a respeito do papel das agências multilaterais de desenvolvimento. Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 27-36, jan/mar 2011.

Fundo Social de São Vicente: credibilidade que supera desafios

Por: Kátia Locatelli/Secretaria de Imprensa e Comunicação Social de São Vicente

Márcia Papa Garcia enfrenta, todos os dias, o desafio de ser presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Vicente e secretária municipal de Assistência Social.

Como marca de sua gestão, encontramos na união com trabalho, atitude, honestidade, perseverança, respeito e garra, o amor – alicerce de todos os valores. Márcia considera este o grande desafio do milênio – fazer e pensar tudo com amor.

Como presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Vicente, mergulhou seu sonho individual de melhorar o mundo no sonho coletivo da conquista da cidadania.

Compromisso, ações e parcerias são suas estratégias para concretizar estes sonhos. Foi assim que idealizou e viabilizou o Centro Regional de Oncologia Infantil – CROI, erguido na Vila Margarida.

Assim também nasceu o Centro Educacional e Recreativo – CER, hoje com 21 unidades, atendendo cerca de 4,5 mil crianças e jovens, oferecendo reforço escolar, atividades esportivas, artísticas e

culturais, todas com suporte pedagógico multidisciplinar.

Apostou em novos projetos sociais que capacitam pessoas para o mercado de trabalho, como os já consagrados Tripulantes do Futuro e Mão na Massa. “Ao longo dos anos, a forma séria e firme de nossa equipe de conselheiras e de voluntários encarar as dificuldades gerou a credibilidade

necessária para atrair parceiros e superar os desafios”, afirma Márcia.

O Fundo Social de Solidariedade de São Vicente auxilia as mais de 100 entidades cadastradas, bem como apoia projetos voltados a todos os segmentos sociais – jovens, idosos, adultos, famílias, com ajuda da Prefeitura, governos estadual e federal, Câmara Municipal e iniciativa privada. ►



Realiza bazares, campanhas, eventos, além de entrega de kits-gestante, em parceria com a Casa do Adolescente. Divulga seus projetos e experiências por meio de palestras e estandes, em eventos como o Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá novamente em São Vicente.

Tripulantes do Futuro

O projeto social Tripulantes do Futuro visa à qualificação profissional para o mercado de cruzeiros e de turismo em geral. Promovido pela Prefeitura de São Vicente, com apoio do Fundo Social, teve início em julho de 2008 e formou três turmas, atendendo mais de 1.000 jovens de 18 a 35 anos. Destes, 65% já atuam no mercado turístico.

O projeto promove curso de seis meses, com aulas de governança, garçom, recreação, bartender, marketing pessoal e inglês. Conta, ainda, com aulas de secretaria e recepção, etiqueta profissional, decoração de mesa, organização de eventos, entre outras. Os participantes também aprendem regras

de comportamento e jornada de trabalho. A equipe de professores possui vasta experiência na área turística, inclusive em cruzeiros marítimos.

De acordo com a presidente do Fundo Social de São Vicente e idealizadora do projeto, o mercado é muito exigente e São Vicente já vem se tornando referência. "É um projeto social inédito, que traz uma mudança muito forte também no currículo da vida. Afinal, jovens de baixa renda, que conhecem a Grécia, Egito, Itália e aprendem vários idiomas, ganham mais que inserção no mercado de trabalho, mais bagagem cultural e nova visão de mundo".

Para participar do projeto é necessário ser munícipe de São Vicente, ter Ensino Médio completo ou estar cursando o último ano, ter participado ou fazer parte de projeto social do Município, como o Renda Cidadã, Ação Jovem, Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal (Jepom), Centro Educacional e Recreativo (CER) ou ser beneficiário do programa Bolsa Família.

Projeto Mão na Massa

Criado em janeiro de 2005, o projeto Mão na Massa qualifica profissionalmente os ex-catadores do lixão Sambaituba (desativado em 2002), especializando-os em panificação artesanal e proporcionando alternativas para geração de emprego e renda.

O Mão na Massa promoveu uma mudança radical na vida da comunidade local. Os ex-catadores transformaram-se em gestores de seu próprio negócio, oferecendo trabalho qualificado nas áreas de festas e coquetéis. Eles também atuam como multiplicadores do que aprenderam, ministrando cursos para a comunidade local e em projetos especiais da Prefeitura como, por exemplo, do Medidas Sócioeducativas, que atende menores em liberdade assistida.

Junto ao FUSESP - SP, conquistou equipamentos, como um forno turbo gás, uma modeladora para pães, um cilindro, uma amassadeira, uma estufa para ►

■ Tripulantes do Futuro



Fundo Social

■ Projeto Mão na Massa



pães, uma fatiadeira e uma divisora para pães.

Com essa ampliação, além da geração de renda para o grupo gestor, são formadas, por ano, três turmas de 20 pessoas, qualificadas e treinadas para serem absorvidas em padarias e comércios da região. Para se inscrever, as pessoas precisam comprovar vulnerabilidade social e passar por entrevista e triagem social.

Centro Educacional e Recreativo

O Centro Educacional e Recreativo (CER) conta com 21 unidades estrategicamente localizadas nos núcleos mais carentes, atendendo 4,5 mil crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco.

A intenção é ocupar o tempo vago das crianças no contraturno escolar com atividades que vão além das oficinas de ►

■ Centro Educacional e Recreativo



artesanato, música, dança, teatro, esportes, reforço escolar e poesia.

Academias ao ar livre

Com o objetivo de incentivar a prática de atividades físicas para um estilo de vida mais saudável, os idosos contam com três academias de ginástica ao ar livre – na orla do Itararé, na Praça 22 de Janeiro (Biquinha) e no Jardim Rio Branco, Área Continental.

Todos os aparelhos são especialmente adaptados para a terceira idade. A iniciativa é da Secretaria de Assistência Social (Seas), com apoio da Câmara de São Vicente. Já a Companhia de Desenvolvimento de São Vicente (Codesavi) é responsável pela instalação dos equipamentos.

Os frequentadores participam de atividades físicas, aulas de dança, tai chi chuan, artesanato, festas, passeios, eventos e até campeonatos e concursos. “Temos um grupo de dança que já ganhou oito prêmios regionais e estaduais. Nos esportes também sempre nos destacamos. E ainda temos, há seis anos, o concurso Garotas e Garotos do Calendário”.

Anualmente, interessados se inscrevem, sendo feita escolha popular, pela Internet, de 12 homens e 12 mulheres. Esses, vão ilustrar calendários: um casal representando cada mês, sempre com fotos temáticas (esporte, cinema, dança, pontos turísticos da Cidade). Os calendários são patrocinados pela Associação Comercial de São Vicente. “As famílias e amigos dos participantes vibram com o concurso, trazendo integração social, autoestima e alegria a todos”, finaliza a primeira dama. □

■ Academias ao ar livre





São Paulo revoluciona habitação e vira 'case' internacional

Maior cidade do País investe em monitoramento de assentamentos precários, conclui plano de habitação e executa plano de urbanização de favelas em grande escala

Na maior cidade da América Latina, os problemas são gigantes e exigem musculatura do poder público para solucioná-los. Em São Paulo, onde o tecido urbano se formou à revelia de planejamento, estima-se que 30% da população, ou três milhões de pessoas, vivam atualmente em assentamentos precários. Ou seja, o desafio para prover moradia digna à camada menos fa-

vorecida da pirâmide é hercúleo.

Para a surpresa dos especialistas, o Programa de Urbanização de Favelas paulistano, desenvolvido pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), vem mudando esse cenário desde 2005. Com cerca de 140 frentes de obra, que beneficiará, até o final de 2012, aproximadamente 170 mil famílias, é, sem dúvida,

o maior programa do gênero no País.

A política é manter as famílias no próprio local de origem ou o mais próximo possível, em respeito aos laços sociais e de trabalho que as pessoas estabelecem com o local onde vivem. "O foco central da urbanização é a implantação de redes de infraestrutura básica, sistemas de conectividade com a cidade urbanizada,

Ações em Destaque

implantação de áreas de lazer e de equipamentos públicos de grande porte, além da construção de unidades habitacionais para os que estavam vivendo em áreas de risco", explica a superintendente de Habitação Popular da Sehab, a arquiteta e urbanista Elisabete França.

A qualidade arquitetônica e urbanística dos projetos é destaque no Programa. Elaborados por arquitetos de renome, como Ruy Ohtake, Hector Vigliecca e Paulo Bastos, chamam a atenção de estudiosos da questão habitacional, no Brasil e exterior, e amealham prêmios mundo afora. Cada projeto é único, baseado nas singularidades de cada comunidade, cujos moradores participam ativamente das decisões.

São freqüentes as visitas de delegações estrangeiras e de estudantes para conhecer o modelo de São Paulo. Pós-graduandos de arquitetura das universidades americanas Columbia (Nova York) e Harvard (Boston), por exemplo, desenvolvem projetos para algumas comunidades, como Paraisópolis e Heliópolis, as duas maiores do município.

Prêmios, só para citar alguns, os projetos de Paraisópolis e Cantinho do Céu venceram a XVII Bienal Panamericana de Arquitetura de Quito (Equador) de 2010, na categoria "Habitat Social y Desarrollo Urbano" (Habitação Social e Desenvolvimento

Urbano), mesmo ano em que o Programa de Urbanização de Favelas conquistou o Prix d'Excellence Awards na categoria Infraestrutura Pública (Public Infrastructure), concedido pela Fiabci, a mais importante federação do setor imobiliário internacional, ligada à Organização das Nações Unidas.

A urbanização de Paraisópolis participou da 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de Roterdã de 2009 (Holanda), enquanto Cantinho do Céu foi apresentado na Bienal de Veneza 2010 e, junto com o Cabuçu de Cima, participa da Bienal de Roterdã em abril.

Atualmente, está em andamento a 1ª Jornada da Habitação, que até junho vai transformar São Paulo no fórum de discussão sobre o futuro da cidade informal sem precedentes no País, a partir de experiências contemporâneas concretas em assentamentos precários de sete países. Seis comunidades paulistanas dialogam com outras igualmente carentes. O evento já se realizou em São Francisco Global, que trocou experiência com Roma (Itália), e Pa-



raisópolis, com Mumbai (Índia). A próxima será no Cantinho do Céu, que dialoga com Medellín (Colômbia), depois, Bamburral, com Nairobi (Quênia); Heliópolis, Moscou (Rússia); e Programa de Cortiços (região central), com Bagdá (Iraque).

Hoje, há 80 projetos em elaboração na Sehab, envolvendo 36 escritórios de arquitetura. Desde 2005, outros 12 escritórios desenvolveram projetos de urbanização, e já encerraram os trabalhos. É crescente o número de arquitetos dispostos a enfrentar o desafio de elaborar projetos para favelas. Em 2011, a Secretaria lançou o mais inovador concurso de arquitetura voltado para assentamentos precários já realizado no País, o RenovaSP, a partir de bacias hidrográficas. Agora, são mais 16 escritórios de arquitetura, desenvolvendo projetos em 17 lotes.

O sucesso do Programa de Urbanização de Favelas é fruto de um conhecimento profundo da realidade da cidade informal. Para isso, a Sehab, em parceria com o Banco Mundial e a Cities Alliance (organização formada pela coalisão de várias cidades e entidades do mundo), mobilizou técnicos, que saíram a campo e mapearam todas favelas, cortiços, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais degradados da cidade. Ao mesmo tempo, também em parceria com a Aliança de Cidades, desenvolveu um inédito sistema de armazenamento dessas informações, o Habisp (www.habisp.inf.br).

Lançado na web em março de 2008, contém dados geográficos, socioeconômi-



Prédios "redondinhos", projeto de Ruy Ohtake para Heliópolis

Ações em Destaque

cos, geológicos e estruturais. Essa ferramenta foi fundamental para a elaboração do Plano Municipal de Habitação (PMH), atualmente para aprovação na Câmara Municipal, um minucioso trabalho sobre a real situação habitacional do município, que norteará as ações da Sehab para zerar o déficit de moradia até 2024.

O PMH estabelece critérios de prioridade para intervenção, baseados em indicadores de risco de escorregamento e solapamento; de vulnerabilidade social (de acordo com índices da Secretaria de Assistência Social – SMADS); de índices de saúde, e de precariedade de infraestrutura. A esses indicadores são atribuídos pesos - quanto mais pontos, mais prioritária a intervenção.

Em números macros, o estudo revelou que há cerca de 800 mil famílias paulistanas vivendo sob algum tipo de inadequação, seja de posse legal dos seus imóveis, pagando aluguel excessivo em relação a sua renda ou morando em área de risco. Porém, a maioria depende apenas de obras de infraestrutura e do processo de regularização fundiária para se integrar ao mercado formal. “É a primeira vez que a habitação tem um estudo que permite planejar suas ações de curto, médio e longo prazos”, conclui Elisabete França.



Cantinho do Céu: um dos projetos mais premiados da Secretaria de Habitação

Moradia no centro inclui reforma de prédios antigos a fiscalização de cortiços

A moradia de interesse social no centro é tema conduzido com prioridade pela cidade de São Paulo, que desenvolve o maior programa de reforma de prédios para fins habitacionais – Renova Centro —, igualmente sem precedentes na história do país, pela escala e compromissos assumidos.

A Cohab contratou, em 2009, a Fupam (Fundação para Pesquisa em Arquitetura e Ambiente, da USP) para identificar imóveis desocupados na região central aptos para fins habitacionais. Descartando os que não se adequavam (os de pequeno porte, construções térreas, em ruínas, invadidas ou incompatíveis com o uso proposto), foram apontados 53, dos quais oito já foram desapropriados. As primeiras unidades, das mais de 2.500 previstas, devem ser entregues até o final de 2012.

O Renova Centro não é o único instrumento para lidar com o esvaziamento da região central. Entre 2005 e o final de 2011, o Programa de Cortiços, da Sehab, vistoriou 2.155 cortiços, dos quais 76 foram totalmente requalificados, 470 estão passando por obras de adequação e 113 foram interditados, por apresentarem risco de vida aos moradores. E 3.900 famílias foram encaminhadas aos programas habi-



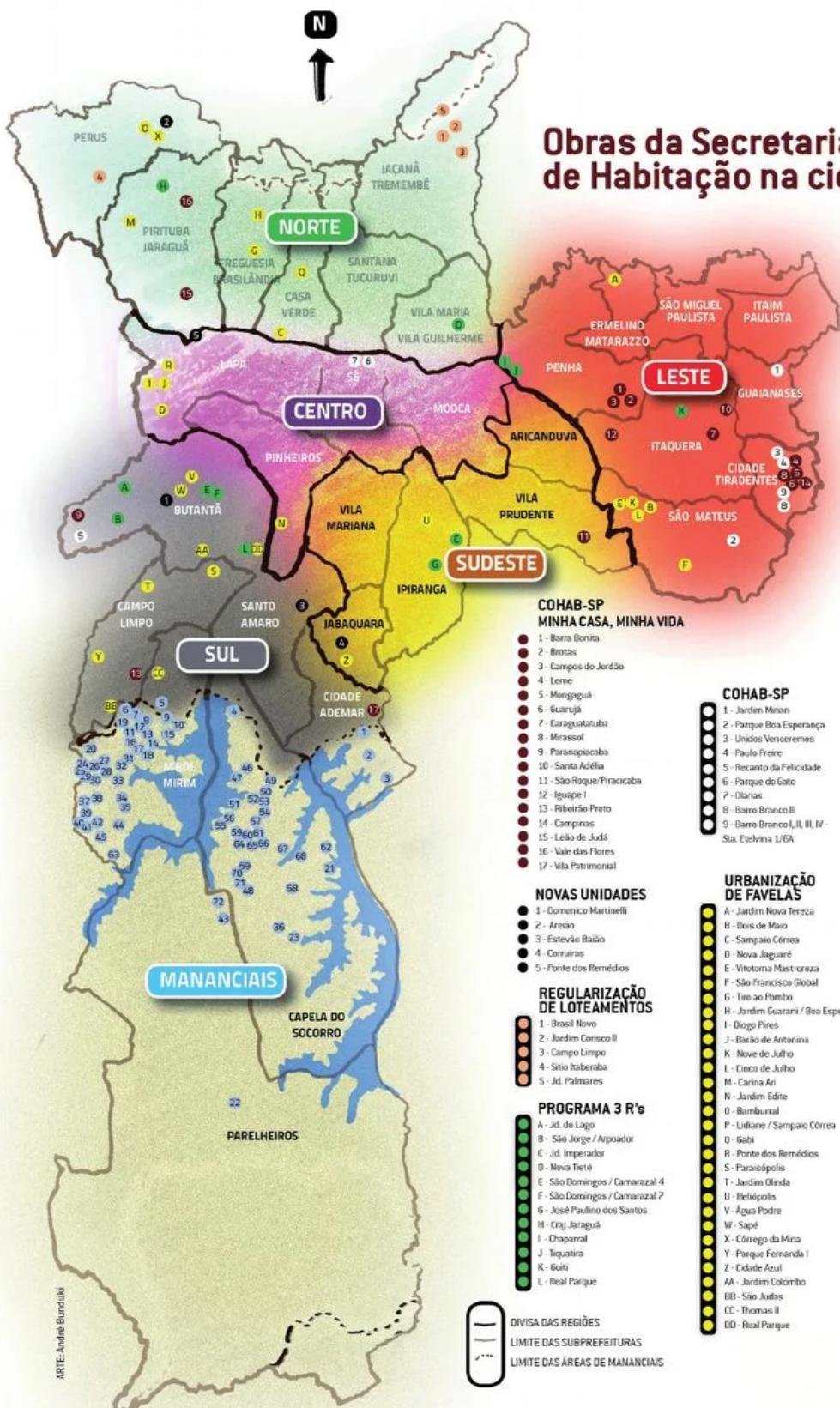
Prédio já reformado pela Cohab (à esq.) e futuro Edifício Mário de Andrade (à dir.), que será transformado pelo Programa Renova Centro

tacionais do Programa de Atuação em Cortiços da CDHU. Isso significa que a recuperação de cortiços atingiu, com um ano de antecedência, 130% da meta 19 proposta na Agenda 2012.

Para completar, o Projeto Nova Luz,

que prevê requalificar urbanisticamente 45 quadras no entorno da estação ferroviária histórica, inclui a construção de cerca de 1.500 novas moradias entre as de interesse social (HIS) e as de mercado popular (HMP). ▶

Ações em Destaque



Obras da Secretaria Municipal de Habitação na cidade

PROGRAMA MANANCIOS

1. Cidade Júlia
2. Nova Pananal
3. Jd. Eldorado / Mata Virgem
4. Jd. dos Lagos
5. Santa Margarida V
6. Jd. Dianiso I e II / Vila Santa Lúcia
7. Vila Santa Célia
8. Jd. Ângela II
9. Jd. São Joaquim
10. Jd. Amália
11. Vila Bom Jardim
12. Nagib I e II
13. Jd. Planalto
14. Minuetos
15. Pq. São Francisco
16. Kagohara II
17. Jd. Herculano
18. Alto da Riviera B
19. Neumais/Kagohara IV
20. Pq. Novo Santo Amaro V / Luz Soriano
21. Pobreu
22. Condomínio Vargin Grande
23. Jd. Nova Marília
24. Boulevard da Paz
25. Pq. Nova Santa Amaro VII
26. Cesta do Valadão
27. Renato Locchi
28. Jd. Solange
29. Jaracatu II
30. São Lourenço
31. Fujihara II
32. Jd. Fujihara I e III e Nakamura II
33. Xambores I e II / Vila Verde
34. Jd. Araguai / Município
35. Chácara Flórida / Chácara Bandeirantes
36. Nova Varginha
37. Jd. Copela / Santa Bárbara
38. Pq. das Cerejeiras
39. Enlevo
40. Jd. Calá
41. Chácara Sonho Azul
42. Arizona
43. Jd. Iporá / Jd. Casagrande
44. Ângelo Tarsini
45. Cardeal Rossi
46. CEB/Cidade Dutra
47. Alcindo Ferreira / Jd. Cruzeiro
48. Chácara do Conde I e II
49. Jd. Satélite I e II
50. Dezeneve
51. Jd. Represa
52. Ribeirão das Pedras
53. Ipójuca Luis de Araújo
54. Vila Fubá
55. Jd. Pouso Alegre
56. Jd. Real
57. Pq. América
58. Jd. Noronha
59. Pq. São José VI
60. Jd. Itatiaia
61. Pq. São José I e II
62. Cantinho do Céu / Gaivota
63. Jd. Horizonte Azul / Sagito Branco
64. Jd. Manacás
65. Pq. São José VII, Três Cânticos e Entorno
66. Alto da Alegria
67. Nova Grajaú II
68. Cecília I
69. Jd. São Bernardo II
70. Vila Santa Francisca / Cabrinha IV
71. Vila Santa Fé
72. Pq. Maria Fernanda I e II

Municípios Aniversariantes

Fevereiro



Itapevi - 04 de fevereiro



Itu - 02 de fevereiro



Dois Córregos - 04 de fevereiro



Sarutaiá - 18 de fevereiro



Luiz Antônio - 18 de fevereiro



Pardinho - 18 de fevereiro



Taboão da Serra - 19 de fevereiro

Municípios Aniversariantes



Angatuba - 11 de março



Olimpia - 02 de março



Arandu - 19 de março



Ituverava - 10 de março



Itupeva - 21 de março



Ipeúna - 21 de março

Municípios Aniversariantes



Ibiúna - 24 de março



Teodoro Sampaio - 21 de março



Iperó - 21 de março



Pratânia - 22 de março



Ipuã - 26 de março



Bento de Abreu - 27 de março

Câmara nova em 2012

Por Assessoria de Imprensa



Legislativo

Cumprindo seu cronograma inicial, o novo edifício da Câmara Municipal de Guarujá tem sua inauguração prevista já para os primeiros meses de 2012. A informação é do presidente José Carlos Rodriguez, que tem acompanhado o andamento da construção desde a aprovação do projeto. O prédio que está sendo erguido na rua Quintino Bocaiúva, esquina com a avenida Leomil, terá três pavimentos e está atualmente na fase de acabamento, com serviços hidráulicos e elétricos sendo executados e toda a parte estrutural e de alvenaria pronta.

Com a obra caminhando para sua conclusão já é possível verificar que as instalações amplas e modernas da Câmara de Guarujá devem se destacar na paisagem da cidade.

Entre os espaços contemplados pelo arrojado projeto está o novo anfiteatro, que terá capacidade para até 300 pessoas e será destinado a audiências públicas, palestras, workshops e claro, para a Escola Legislativa – sonho da atual legislatura que pretende oferecer a todos de nossa cidade conhecimento sobre política e cidadania, no mesmo molde dos melhores cursos ministrados nas capitais do país.

Teremos também, local apropriado para abrigar nosso Espaço Cultural Alberto Marques, que durante anos recebeu mostras de artistas de expressão nacional e regional e que já conta com agenda disputada para 2012.

O plenário, onde acontecem os debates políticos que movimentam nossa cidade, poderá receber até 150 pessoas e terá área exclusiva para a equipe da TV Legislativa e para a imprensa em geral – uma antiga reivindicação da categoria, que não foi esquecida na construção do prédio.

Todos os departamentos da Casa, assim como os gabinetes dos vereadores, contarão com salas apropriadas para atender ainda melhor o grande número de pessoas que busca seus representantes. Outros itens, não menos importantes, constam entre os serviços que serão oferecidos: terminais de acesso a internet disponíveis para a população, rede Wi-Fi aberta nas



dependências do Legislativo e biblioteca jurídica acessível aos estudantes de direito e instituições parceiras.

“A nova sede deve facilitar e ampliar o acesso e a participação do cidadão. O projeto de construção, iniciado em 2010, levou em conta as demandas dos vereadores e principalmente da população, que deverá ter em nossa Casa acesso a serviços e projetos de integração”, explica o presidente José Carlos Rodriguez, que com isso pretende atrair o jovem para a discussão dos problemas da cidade e derrubar conceitos negativos sobre o trabalho dos políticos.

É importante lembrar que a nova Câmara está preparada para receber portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, como os idosos. “Teremos rampas, banheiros adaptados e elevador atendendo todos os pisos. Para melhorar, estamos bem localizados, na região central, onde a cidade nasceu. Não tenho dúvidas de que todo nosso empenho em atender melhor a população de Guarujá, será compensador”, finaliza o presidente José Carlos Rodriguez.





Conselheiros do CAU tomam posse



Os 44 conselheiros do CAU/SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo) tomaram posse no final do ano passado, elegendo como presidente e vice os arquitetos Afonso Monteiro e Gustavo Melo, respectivamente.

O Conselho foi criado atendendo um anseio de mais de 50 anos dos Arquitetos e Urbanistas brasileiros, em busca de uma entidade forte, que os representasse e os defendesse.

Conforme explicou o presidente Afonso Monteiro, a função do conselho é a fiscalização do exercício da arquitetura no Estado de SP, que concentra aproximadamente 48 mil arquitetos. "A mudança é que todos os arquitetos estão agora automaticamente desligados do CREA e passam para o CAU", explica o presidente.

A Lei 12.378/2010 (que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país) garante aos profissionais da Arquitetura e Urbanismo maior autonomia para atuarem em defesa da profissão e da sociedade. "A desvinculação do CREA (agora apenas Conselho de Engenharia e Agronomia) foi positiva, pois os ar-

quitetos terão autonomia no novo conselho, além de valorizar nossa profissão", destaca o vice-presidente, Gustavo Melo.

Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, o CAU/SP possui a função de "orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo".

O Conselho também tem como atribuições representar os arquitetos e urbanismo em colégios de órgãos públicos; zelar pela dignidade; independência, prerrogativas e valorização da arquitetura e do urbanismo; aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas e firmar convênios com entidades públicas e privadas.

Gustavo salienta que a fiscalização é importante para a sociedade, pois todas as atividades de arquitetura e urbanismo (como obras, reformas, restauro, planejamento e outros) precisam de um arquiteto devidamente registrado no CAU para exercer a profissão. "Com a fiscalização, evita-

mos que leigos exerçam as atividades do arquiteto, colocando em risco a sociedade".

No site www.causp.org.br estão disponíveis diversas informações e todos os serviços que podem ser solicitados online pelos profissionais e empresas de arquitetura e urbanismo, como certidão de acervo técnico (com ou sem atestado); certidão de registro de quitação (de pessoa física ou jurídica); cadastro de contratante (de pessoa física ou jurídica); cadastro provisório de empresas e profissionais já cadastrados no Conselho anterior; registros emergenciais de pessoas físicas (recém-diplomados); registro de especialização de engenharia de segurança do trabalho; registro de (novas) pessoas jurídicas; RRT de Obra/Serviço; RRT para Cadastro; RRT Múltiplo; RRT de Cargo/Função; RRT Complementar, Inicial, Substituição; alteração/complementação de Dados Pessoais; alteração de senha; pagamento de anuidade e relatórios gerenciais.

Também há um espaço para esclarecimento de dúvidas e outras informações relevantes para os profissionais.

O Conselho está em fase de estruturação, mas já está atendendo os profissionais e toda a sociedade.



"O Congresso de Municípios da APM tem uma pauta muito importante para a administração municipal", afirma governador do Estado de São Paulo

Em audiência com a diretoria da APM, governador Geraldo Alckmin confirma presença no 56º Congresso Estadual de Municípios

Por: Daniela Bertoldo

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu a diretoria da APM, no dia 7 de fevereiro, no Palácio dos Bandeirantes.

A audiência foi solicitada pelo presidente da APM, Marcos Monti, e atendida prontamente pelo governador. Marcos Monti entregou em mãos o convite do 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado de 13 a 16 de março, em São Vicente.

Eles conversaram sobre a 56ª edição do Congresso e elencaram alguns dos assuntos que entrarão na pauta de reivindicações. O governador elogiou o evento, afirmando que o mesmo valoriza o governo local. "Com o fortalecimento do governo local, quem ganha é a população, que melhora sua qualidade de vida".

Conforme destacou o governador, o Congresso da APM é muito importante por haver o intercâmbio entre prefeitos, boas experiências, bem sucedidas, que permitem aos gestores municipais um melhor desempenho. "Bom também o relacionamento com o governo do Estado, governo Federal, outros poderes e entidades do terceiro setor", acrescentou.

Para finalizar, o governador Geraldo Alckmin confirmou sua presença no encerramento do 56º Congresso Estadual de Municípios e enfatizou que o papel da APM é fundamental, uma vez que são 64 anos de trabalho em prol dos municípios. "O Congresso de Municípios da APM tem tido uma boa pauta, uma pauta muito importante para a administração municipal".



Secretário de Estado da Habitação estará presente no 56º Congresso Estadual de Municípios



A diretoria da APM reuniu-se com o secretário de Estado da Habitação, deputado Sílvio Torres, dia 1 de fevereiro.

O secretário foi convidado pelo presidente da APM, Marcos Monti, e pelo vice-presidente, José Luis Rodrigues (Zé Lou-

quinho) para participar do 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado de 13 a 16 de março, em São Vicente.

Ele confirmou presença, afirmando que não perde uma edição deste evento. "Co-

nheço o Congresso de Municípios desde quando era prefeito em São José do Rio Pardo, na década de 80. Freqüentei todos os congressos quando prefeito e posteriormente como deputado", enfatizou.

Na condição de secretário de Habitação do executivo do Estado, Sílvio Torres participou no ano de 2011 e estará na 56ª edição, anunciando os novos programas de sua pasta. "Achamos muito importante que haja esse evento para que sirva de congregamento, porque é um momento em que as autoridades municipais e as autoridades do Estado se encontram de um modo mais informal, cada um mostrando sua experiência".

Conforme destacou, o Congresso da APM também dá oportunidade para que os órgãos de governo prestem contas para um público mais amplo, que inclui vereadores, prefeitos, membros das secretarias e população em geral. "Estamos aguardando esse momento. Tenho certeza que mais uma vez será um grande sucesso".

Presidente da APM participa de audiência com presidente da Agência de Fomento Paulista

O presidente da APM, Marcos Monti, foi recebido em audiência pelo presidente da Agência de Fomento Paulista, Sr. Milton Luiz de Melo Santos, e pelo diretor de Fomento Júlio Themes, no dia 2 de fevereiro, ocasião em que entregou o convite do 56º Congresso Estadual de Municípios.

A Agência de Fomento Paulista, como instituição financeira do Governo do Estado, tem um papel relevante no Congresso, uma vez que possui linhas de financiamento para atender demandas de investimentos do poder público municipal. "Para o próximo ano, teremos certamente novos prefeitos que poderão buscar esses recursos aqui e

melhorar as condições de vida da população desses municípios", afirmou Milton de Melo.

Indagado sobre a importância do Congresso, o presidente da Agência afirmou que o evento da APM é extremamente rico para a evolução da administração pública em nível municipal. "O papel da APM em congregar prefeitos e administradores públicos é muito relevante, pois é dessa forma que são colocados os problemas existentes hoje".

O diretor de fomento, Júlio Themes, salientou que vários

temas são discutidos durante toda a grande programada. "Isso dá oportunidade de criar um ambiente necessário para todos os debates dos temas mais relevantes de interesse dos municípios", finalizou.



APM e prefeitos discutem pauta de reivindicações para 56º Congresso Estadual de Municípios



A reunião entre a diretoria da APM e prefeitos, primeiras damas e presidentes de entidades regionais, realizada dia 31 de janeiro, foi bastante produtiva.

os municípios para uma ampla divulgação do evento.

O presidente da APM, Marcos Monti, fez um balanço da 55º edição do Congresso,

O objetivo do encontro, que contou com a presença de mais de 40 pessoas, foi discutir alguns itens que irão compor a pauta de reivindicações do 56º Congresso Estadual de Municípios, definir estratégias e mobilizar relembrando as conquistas junto ao governo Estadual e ao governo Federal.

Durante a reunião, as autoridades presentes fizeram o uso da palavra, pontuaram os principais problemas encontrados em seus municípios e sugeriram temas a serem abordados no 56º Congresso.

Questões ligadas ao meio ambiente, saúde, desenvolvimento regional, doações de prédios cujos serviços foram municipalizados, resolução da Aneel e Pacto Federativo foram alguns dos itens debatidos.

Lembrando que o 56º Congresso Estadual de Municípios ocorrerá de 13 a 16 de março, em São Vicente.

Presidente da APM participa de solenidade de posse da nova diretoria da Aprecesp



O presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente na solenidade da Aprecesp (Associação das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo), que elegeu e empossou o novo presidente e a nova diretoria executiva para o ano de 2012. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa, no dia 26 de janeiro.

O presidente eleito para o terceiro mandato da Aprecesp foi o prefeito de Itu, Her-

culano Passos, terceiro vice-presidente da APM. Em seu discurso, Herculano comentou os desafios futuros das estâncias turísticas, como, por exemplo, os preparativos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Diversas autoridades estiveram presentes na solenidade, como a deputada estadual Rita Passos, o prefeito de Ilha Bela Antônio Luiz Colucci (então presidente da Aprecesp), o ex-governador

Antonio Fleury Filho e o prefeito paulistano Gilberto Kassab.

Também participaram os secretários estaduais David Zaia (Trabalho) e Márcio França (Turismo), além do subsecretário estadual da Casa Civil, Rubens Emil Cury. A cidade de Itu foi representada nas figuras do secretário municipal de Administração, Antônio Tuíze e do vereador Neto Beluci.

“O Congresso da APM é um dos mais importantes fóruns para se debater a questão municipalista”, afirma prefeito de São Paulo



Em audiência com a diretoria da APM no dia 23 de janeiro, o prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, confirmou presença no 56º Congresso Estadual de Municípios e destacou a importância do evento. “Mais uma vez todos nós estamos muito entusiasmados com a oportunidade de termos mais um Congresso da APM, reu-

nindo lideranças municipalistas, prefeitos, vereadores, ex-prefeitos, ex-vereadores e parlamentares, para debatermos os principais problemas e construirmos o futuro do país, um Brasil forte e um caminho de um município forte”.

Conforme enfatizou o prefeito de São Paulo, “um dos mais importantes fóruns

para se debater a questão da municipalidade tem sido os encontros que a APM faz todos os anos”.

A Prefeitura de São Paulo estará com stand, na Exposição Paralela de Produtos, Serviços de Tecnologias do 56º Congresso, entre os dias 13 e 16 de março, em São Vicente.

Diretoria da APM é recebida em audiência na Petrobrás



No dia 23 de janeiro, o presidente da APM, Marcos Monti, e o secretário geral Aquevirque Nholla, foram recebidos pelo gerente setorial da regional São Paulo/Sul da Petrobrás, José Barbosa.

Marcos Monti foi entregar em mãos o convite do 56º Congresso Estadual de Municípios.

O gerente da Petrobrás parabenizou a Associação por mais essa edição do even-

to, afirmando que o Congresso da APM é um espaço importante para debate, para discutir as políticas públicas e buscar soluções pra as cidades. “Hoje, num mundo globalizado, em que a economia enfrenta momentos difíceis, tudo e qualquer oportunidade que possibilite o debate sobre a melhoria de vida das pessoas é fundamental. Portanto, o Congresso da APM cumpre muito bem esse papel”.

Secretário de Turismo do Estado recebe diretoria da APM e confirma presença no 56º Congresso Estadual de Municípios

O secretário de Turismo do Estado de São Paulo, deputado Márcio França, recebeu em audiência o presidente da APM, Marcos Monti, e o vice-presidente José Luis Rodrigues – Zé Louquinho, na quarta-feira, dia 11 de janeiro, em seu gabinete.

Marcos Monti foi entregar em mãos o convite do 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado em São Vicente (SP), entre os dias 13 e 16 de março.

Como em todos os anos, o secretário confirmou presença e elogiou este grande evento realizado pela Associação Paulista de Municípios. “É um momento muito importante. O Congresso da APM está em sua 56ª edição e nada resiste há tanto tempo se não tiver sua importância. É o maior evento municipalista do país, em nível estadual”, afirmou.

Conforme destacou, esse ano tem uma conotação nacional relevante, com alterações significativas na legislação nacional que precisam ser revistas. “Ao mesmo tem-



po, teremos a garantia de temas de suma importância neste ano já eleitoral”.

O secretário está com ótimas expectativas para o 56º Congresso Estadual de Municípios. “O Congresso já foi feito no ano

passado no Centro de Convenções de São Vicente, que comporta tamanho evento, comprovando grande sucesso. Tenho certeza que esse ano ficará melhor ainda. Estará mais prestigiado e com mais gente”.

APM promove reunião com diretoria e conselhos

O presidente da APM, Marcos Monti, reuniu-se, no dia 14 de dezembro, com membros da diretoria e conselhos para a última assembleia geral ordinária do ano. Na pauta, tomada de contas, discussão e votação das contas do exercício encerrada em 31 de dezembro de 2010, fixar contribuições e conceder anistia de acordo com o artigo 17 do Estatuto Social.

Também foi feita avaliação do 12º CB-TIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios – e discu-

tidas as estratégias para o 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado entre os dias 13 e 16 de março de 2012, em São Vicente. O presidente da APM vai marcar uma reunião com entidades regionais para elaborar a pauta de reivindicações e, em seguida, agendará uma audiência com o governador Geraldo Alckmin.



Presidente da APM visita Bariri

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve em Bariri em dezembro para uma visita ao prefeito Dito Mazotti. Ele também foi recebido pelo ex-prefeito Neto Leoni, que é membro do Conselho Fiscal da associação, pelos vereadores Ditinho, Edcarlos e Maccorin e pelo diretor de Finanças Sérgio Gallo.

O motivo da visita foi convidar o prefeito Dito Mazotti para participar do 56º Congresso Estadual de Municípios, que será realizado de 13 a 16 de março em São Vicente. “É o principal evento da APM e tem como um dos objetivos levar as reivindicações dos municípios tanto para o Governo Estadual quanto Federal”, diz.



Presidenta da AVESP participa com CECF de audiência com Governador

A presidente da Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo (AVESP) e do Conselho Deliberativo da APM, eng. Marilene Mariottini, participou de audiência com o governador Geraldo Alckmin, no dia 3 de fevereiro, no Palácio dos Bandeirantes, com Conselheiras do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF).

Marilene Mariottini acompanhou a presidente do CECF, Dra. Rosmary Corrêa, a delegada Rose, e as demais conselheiras, em audiência em que solicitaram a criação da Coordenadoria da Mulher junto ao Governo do Estado. Tal órgão vem sendo reivindicado pelo CECF há tempos, para que se possa ter a efetiva implantação das políticas públicas em defesa da Mulher e a necessária estrutura para as ações do CECF.

Além do ofício assinado pelas Conselheiras do CECF e pela presidente da AVESP reivindicando a Coordenadoria da Mulher, entregue ao governador, também foi entregue ofício requerendo a supressão do uso de algemas em parturientes presas, o que motivou um Decreto do Governador, muito elogiado pelas entidades de defesa da Mulher.

Segundo Marilene, “o trabalho da Del. Rose e das Conselheiras do CECF, representantes de entidades e de movimentos da sociedade civil, é dos mais importantes e elogáveis, na luta pelo fim da



discriminação e pelo respeito aos direitos da Mulher, trazendo benefícios para toda a sociedade. O Governador Alckmin tem dado apoio imprescindível a essa luta”.

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasses do Governo aos Municípios.



Onde está o prefeito?

Por: Cláudio Manesco

Para não ferir suscetibilidades vou omitir o nome do personagem e da sua cidade. O acontecido se deu numa cidade paulista bem pequena. Uma verdadeira pérola localizada num vale de terras férteis e de gente criativa e trabalhadeira.

Ditinho Nogueira, vá lá, é uma boa alcunha para representar o nosso prefeito de verdade, homem de muito tato para tratar com pessoas; populista da mais requintada cepa do Ademarismo; mulherengo, daqueles que não poupava recursos para uma amante argentina (ou paraguaia); e, sobretudo, dissimulador – daqueles que usava constantemente o recurso da mentira inocente.

Certa feita – como é bom começar causos assim – o pároco da cidade procurou o alcaide na prefeitura e lá obteve a seguinte resposta de uma secretária:

- O seu Ditinho foi lá perto do Alagado, conversar com o pessoal do bairro sobre a reforma de uma escola rural.

Não satisfeito, foi até a tesouraria e perguntou a um antigo funcionário:

- Onde está o Prefeito?

- Seu Ditinho Nogueira me disse que ia até o Banco da Lavoura tratar da renovação de um empréstimo.

Encucado com as respostas desencontradas de pessoas próximas resolveu arriscar mais uma indagação e o fez se dirigindo ao chefe de gabinete:

- Onde posso encontrar o senhor Prefeito?

- Ele deu uma saidinha, disse que ia num sítio seu para dar umas ordens para o caseiro e já voltava.

Depois de mais uma resposta desencontrada teve a certeza do paradeiro do Prefeito e pensou lá com os seus botões:

- Esse Ditinho Nogueira não tem jeito. Em plena tarde de quarta-feira está na Zona!!!



**UMA EDUCAÇÃO CONSISTENTE PARA O MUNICÍPIO
PODE SER A MARCA DE UMA GESTÃO.
PENSE NISSO, PENSE AGORA.**



AGORA, soluções educacionais diferenciadas para qualificar a educação.

- ✓ Completa assessoria pedagógica
- ✓ Formação continuada para educadores
- ✓ Portal de Educação e Agora TV
- ✓ Análise de desempenho escolar
- ✓ Proposta pedagógica diferenciada
- ✓ Outros benefícios

O Agora quer trabalhar em conjunto com o seu município para proporcionar um ensino pautado em valores éticos e sociais, visando à formação da cidadania. Juntar forças pela educação é fazer história. E o primeiro capítulo começa **AGORA**.

Agora, vamos fazer o futuro juntos.



O sistema de ensino da
Editora Novedade para
municípios da rede pública.



0800 770 5477



Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. Os municípios paulistas poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros.

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar – São Paulo/SP – CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 – www.apaulista.org.br – diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm

